



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 02**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em

25 de Abril de 2016

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Assembleia Municipal

## ACTA N.º2

-----Ao vigésimo quinto dia do mês de Abril do ano de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a Presidência do Senhor Avelino de Jesus Silva Pedroso, Secretariado pelas Senhoras Deputadas Fernanda Maria Dias e Rui Portugal na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente. -----

-----Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

### SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS:

-----Arménia Maria Morgado Coimbra, Eugénio Tavares Fróis, Luís da Silva Moreira Gomes, António de Oliveira Simões, Elisabete Simões Oliveira, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Horácio Lisboa Afonso, António João Lopes, Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, Carla Maria Travassos Rodrigues, Paulo Jorge Marques Amaral, Patrick António Wende Dias da Cunha, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Mónica Alexandra Marques Augusto, Rita Sofia Gaspar Marques. -----

### SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO:

----- Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa, Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Manuel Tavares de Moura, Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, António Manuel Antunes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Plódão, Ricardo Lopes Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Armando Nunes do Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Presidente da Junta de



Assembleia Municipal

Freguesia de Sarzedo, Fernando Ferreira Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, Leonel da Conceição Costa. -----

----- Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores Luís Paulo Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Maria da Graça Lopes, António Sêco e Eduardo Miguel Ventura. -----

----- O 2º **Secretário** deu conhecimento das justificações das faltas do Senhor Deputado António Gonçalves Cardoso, do Senhor Deputado Mário Pereira Gonçalves e da Senhora Deputada Mónica Augusto, que se encontram anexas a esta acta. -----

## PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**1- Leitura do expediente.** -----

----- Teve a palavra a **Senhora 1ª Secretária da Assembleia, Fernanda Maria Dias**, para fazer a leitura da correspondência recebida. -----

----- De todo o expediente recebido, que está arquivado na devida pasta, teve destaque a proposta apresentada pela CDU, na pessoa do senhor Deputado António João Lopes, tendo sido lida a proposta - lote número trinta e seis que se encontra anexa à presente acta. -----

Proposta número trinta e seis: -----

À Mesa da Assembleia Municipal -----

Exmos Senhores -----

----- De acordo com a legislação e o RI solicito o envio deste texto às restantes posições políticas (PPD/PSD, PS, Independentes), de modo a que na próxima Assembleia Municipal estes temas sejam debatidos com maior profundidade dado já serem conhecidos. -----

----- Por dificuldade de maior intervenção, na última AM o doutor Cardoso informou que tinha sido realizado o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município. O documento não é para ser feito e metido no cofre, destina-se ao conhecimento de todos os munícipes e devem sabê-lo aplicar. Assim a sua divulgação (art. 7º), e os ensaios (art. 42) devem ser promovidos. Como este é um assunto que deve preocupar todos os elementos da AM, proponho que seja estudada a forma de



Assembleia Municipal

o fazer descentralizadamente por sessões, por documentos escritos, por imprensa local por rádio local, etc. -----

----- Por intervenções de Luís Gomes e Luís Almeida fiquei a saber, na última AM, que há muitas e interessantes casas comerciais a fornecerem bons “PETISCOS”, como considero interessante essa atividade económica para os nossos munícipes, proponho uma reunião com os referidos elementos para inventariar, divulgar e promover esta atividade. Esta é uma ação que os munícipes eleitores esperam dos munícipes eleitos. Na divulgação podem ser estudados os meios já referidos na questão anterior. Proponho já como local e hora da 1ª reunião, com todos os interessados e os referidos elementos da AM, na Biblioteca Municipal, às 19h do dia útil anterior á próxima A. Municipal-----

- Os poucos agricultores que ainda sobrevivem no Município, com frequência lamentam a perda das culturas devido aos javalis. A RDP1, transmitiu no dia 25 de Fevereiro 2016, que os Ministérios do Ambiente e da Agricultura tinham em ensaios blocos de cercados para aproveitamento dos javalis, evitando os inconvenientes agora existentes. Tendo o Município quatro ou cinco ribeiras permanentes com matagais, proponho que se estude a viabilidade deste aproveitamento económico. Eu disponibilizo-me para esse grupo de “partir pedra”. -----

Com os melhores cumprimentos, António João Lopes -----

----- De seguida foi lida também uma Petição assinada por alguns comerciantes da Vila de Arganil e entregue na Câmara Municipal, ao cuidado do Senhor Presidente da Câmara Municipal com conhecimento à Assembleia Municipal de Arganil, que se encontra anexa à acta.-----

----- Depois de lida a correspondência pela 1ª secretária, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal Avelino Pedroso**, esclareceu alguns pontos.-----

----- “Antes de prosseguirmos quero fazer apenas três notas importantes para darmos seguimento aos trabalhos. -----

----- A primeira e peço imensa desculpa, cumprimentei o público, sei que está público presente e que quer intervir. Se me permitem, faríamos agora a intervenção.-----

----- Antes de dar a palavra ao público, apenas esclarecer que faz parte da correspondência um email do senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril do Alva, dizendo que há uma omissão na Ordem de Trabalhos.-----

----- O email foi rececionado a vinte e dois de Abril, pelo que me é dado saber não há omissão na Ordem de Trabalhos no que se refere à questão elencada, há sim um lapso e que eu peço desculpa por não ter ocorrido, que foi a distribuição do Relatório do IGF que tinha ficado de ser distribuída pelos Senhores Deputados, apenas o será hoje. Dado que não houve tempo para essa leitura e para uma



Assembleia Municipal

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Senhor R'.*

intervenção e peço mais uma vez desculpa por esse facto, e tendo em conta que é já distribuído esse Relatório hoje, junto com um envelope que vos foi entregue, quem tenha uma questão sobre esse mesmo Relatório, para não estarmos a aguardar até à próxima Assembleia, que faça chegar por escrito, por email ou outro processo, no sentido do Executivo dar os esclarecimentos que entenda oportunos. -----

----- Quanto à questão da omissão, penso não haver a constituição de um ponto específico para este facto, pelo que eu depreendi da última Assembleia e apenas houve aquela hesitação e aquele procedimento porque efetivamente chegámos à conclusão que o Relatório apenas tinha sido entregue aos Líderes de Bancada e não a todos os Deputados. Portanto o essencial que era a aprovação do ponto naquilo que dizia respeito à persecução dos procedimentos subsequentes, teve lugar. -----

----- Também há aqui o ponto quatro do Período Antes da Ordem do Dia, em Defesa da Língua Portuguesa contra o acordo ortográfico, atendendo a que carece de votação, eu proponha e se não houver nenhuma objecção a esta questão, ele passaria para a Ordem do Dia e depois seria aí apreciado e votado". -----

## PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Depois dos esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, explicou os procedimentos da intervenção do público e deu a palavra ao público presente.--

----- Do público presente a assistir à sessão da Assembleia Municipal, inscreveu-se o **Senhor Nuno Lemos**.-----

----- Teve a palavra o **Senhor Nuno Lemos**.-----

----- "Bom dia, sou o Nuno Lemos e venho aqui levantar duas questões que se prendem com a repavimentação de duas ruas, na minha freguesia, Secarias.-----

Visto que também está aqui o Presidente da Junta de Secarias aqui representado na pessoa do senhor Leonel Costa também lhe deixo a sugestão a ele.-----

----- As questões que eu venho aqui levantar são as estradas da minha Freguesia estão um bocado degradadas mas estas duas que eu venho aqui levantar são aquelas que eu considero na minha opinião, que estejam piores.-----



Assembleia Municipal

----- Uma é a Rua Doutor Fernando Vale e a outra é a estrada do Vale Peitalva. São estradas que não são muito extensas em termos de quilómetros e visto que a Câmara tem um orçamento de dezoito milhões de euros e já foi repavimentada outra rua nessa mesma freguesia que é a Rua da Venda, queria deixar isso à consideração do senhor Presidente da Câmara. Obrigada era só isso". --

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes para de seguida referir "senhor Nuno Lemos, temos previstas outras pavimentações na freguesia, nomeadamente a Rua da Lomba do Canho e a Rua do Vale Cabreira, mas tomámos boa nota das suas preocupações e veremos aquilo que é possível concretizar. Muito obrigado senhor Presidente". -----

**2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº1 realizada no dia 13 de Fevereiro de 2016. -----**

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís de Moura**, que cumprimentou os presentes e de seguida disse. -----  
"De acordo com o regimento a mesa deverá proceder à leitura do expediente, o que foi feito, reconheço e com agrado registo.-----

----- Pela leitura do texto da Acta, fica inequívoco que a convocatória da presente sessão, não respeita a deliberação tomada pela Assembleia Municipal sobre a análise do Relatório do IGF à gestão da Câmara Municipal, documento que poderá culminar com a perda de mandato do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Tratando-se de uma falha grave acrescida da falta de resposta de v. Ex<sup>a</sup> em tempo, à questão por mim colocada em devido tempo sobre o assunto, questiono a mesa se esta sessão tem condições para continuar, uma vez que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal desrespeitou por omissão ou intencionalidade, uma deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- Esclareço igualmente que a Assembleia está impedida de acionar este assunto à Ordem de Trabalhos, uma vez que não foi submetida a documentação como suporte, igualmente determinada na sessão de treze de Fevereiro de dois mil e dezasseis. -----

----- Pensando que esse documento estará aqui num CD entregue hoje e que estava aqui em cima da mesa, num envelope e que certamente e compreenderá, nenhum de nós terá a hipótese de efetuar a leitura.-----



Assembleia Municipal

----- Contradizendo aquilo que o Senhor Presidente há pouco tentou justificar, fica claro na acta da sessão anterior, a proposta da senhora doutora Arménia diz claramente que na próxima reunião poderemos então debater os pontos em concreto. -----

----- Em resposta do Senhor Presidente, doutor Avelino respondeu claramente que disse, que na próxima sessão será distribuído o Relatório e na próxima Assembleia nós apreciaremos detalhadamente alguma questão que tenha sido suscitada. -----

----- Com a leitura da acta fica claro e inequívoco que este procedimento não foi cumprido, muito obrigado”. -----

----- A Senhora Deputada Arménia Coimbra questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se respondia primeiro. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia refere que quem conduz os trabalhos é o Presidente da Assembleia dando a palavra à senhora Deputada. -----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Arménia Coimbra**, para proferir “bom dia a todos, hoje comemora-se Abril. -----

----- Escusava Senhor Presidente de ser tão autoritário e ser um pouco mais simpático, começaríamos bem este dia de Abril, terminaríamos ainda melhor. -----

----- Eu sei que o Senhor Presidente conduz os trabalhos, eu sei que o Senhor Presidente da Câmara preside ao Órgão Executivo, mas desculpe Senhor Presidente, já não estou para ouvir muitas vezes, como já disse aos dois, estes reparos e estes ensinamentos. -----

----- Eu perguntei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se responderia à interpelação do Senhor Deputado Moura, porque se o Senhor respondesse satisfatoriamente eu dispensaria a minha intervenção. -----

----- Como o Senhor Presidente conduz os trabalhos, terei que dizer que subscrevo na íntegra o que disse o Senhor Deputado Luís Moura, ou seja, efetivamente os senhores Deputados continuam na mesma posição em que estavam na anterior Assembleia Municipal, não estão em condições de se entenderem, de se pronunciarem sobre a votação em que participaram na anterior Assembleia, por quanto só lhe foi distribuído neste momento o Relatório da Inspeção-geral e era de todo, que eles pudessem ter tido oportunidade, quanto mais não fosse com vinte e quatro horas de antecedência de lerem esse Relatório e de se entendessem voltar atrás ou interpelar ou pedir esclarecimentos. -----

----- Senhor Presidente perdeu oportunidade, se tivesse justificado de eu ter que lhe dizer que o censuro pela sua presidência e o censuro pela elaboração da acta, não obstante o seu pedido de desculpas. Disse”. -----



Assembleia Municipal

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Luís Almeida** que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referiu, "dizer apenas, hoje celebra-se Abril e já começamos com o pé esquerdo, ou seja, era caso para dizer, estava tudo a correr tão bem até à intervenção anterior. -----

----- Pelo que conheço do regimento, não é suposto nós estarmos aqui em diálogo uns com os outros e quando queremos intervir, tomamos a palavra, pedimos e se ela nos é dada, fazemos a nossa intervenção. -----

----- Dizer à Senhora Deputada que também nós bancada, censuramos a maneira exaltada como começou os trabalhos. É só".-----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado António João Lopes** para referir "neste Vinte Cinco de Abril e no dia em que se comemora a entrada na legalidade da constituição há quarenta anos. -----

----- A constituição actual entrou em vigor no dia vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e seis, por isso presto homenagem a todos.-----

----- Quanto a este assunto, gostaria de saber para quando é que temos acesso ao tal documento das finanças que nos foi prometido na última Assembleia. Muito obrigado" -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça Rui Franco** que cumprimentou toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia e de seguida referiu "sobre este caso, dizer muito pouco mas colocar uma questão muito concreta.-----

----- Eu acho que devemos ser práticos e pragmáticos nesta questão, o que interessa realmente é sermos eficazes. Porque é que estamos a debater uma questão, antes de perguntar ao Executivo, como é que o IGF reagiu às respostas que o Município apresentou e às correções apresentadas. Se essa reacção foi positiva e aceitável perante todas as questões que estavam em debate, penso que o problema está terminado, na minha opinião.-----

----- Justifica-se sim voltar a falar nisto se o IGF voltar novamente a colocar questões ou considerar que as respostas não foram devidamente dadas, muito obrigado".-----

----- Pediu a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para dizer "não vou estabelecer diálogo quando as intervenções são por si e no seu conteúdo destituídas de relevo para que eu sequer perca tempo com as permanentes alegadas censuras que nos vão fazendo e que me vão fazendo a mim em particular.-----



Assembleia Municipal

*Sedro*  
*R.*

----- Já vos disse e tenho manifestado sempre este propósito, estou aqui e estou sempre aprender. Morreremos todos por aprender muita coisa, mas a educação aprende-se de criança e no berço. -----

----- Não é correta a conclusão que tira o Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, nós não ficámos impedidos de analisar e verificar o que constava do Relatório da Inspeção. Uma coisa, é todos de bom grado ficarmos satisfeitos com o resultado que venha a ser satisfatório da Inspeção-geral, no entanto não dispensamos o conhecimento, daquilo que tivemos oportunidade de votar, de aprovar. -----

----- Demos uma oportunidade ao Executivo, é bom que todos recordemos, que demos oportunidade ao Executivo de cumprir o prazo de resposta, se bem me lembro e não relendo agora a acta que até traduz a minha intervenção em resumo, o que nós dissemos foi, e o que eu estimei todos no sentido do pronunciamento naquele momento, era quem teria de se defender, saberia como se defender, por isso nós dávamos-lhe a oportunidade de dispensar a leitura da alegada acusação.

----- Parece que esta oportunidade, para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal estaria ultrapassada com o envio do relatório, no entanto ainda bem que a instâncias do Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril do Alva que o Relatório nos foi distribuído. Isto não está dispensado de nós sobre ele nos pronunciarmos se assim o entendermos. Não é o resultado satisfatório que bem esperamos que o seja, da Inspeção-geral. Senhor Presidente da Junta de Freguesia, com a sua intervenção o que quer é que agora o Órgão Executivo intervenha nesta matéria e que agora seja interpelado pelo Presidente da Assembleia, já estamos habituados a isto.

----- A Assembleia prenuncia-se, o Presidente da Assembleia conduz os trabalhos e dá a palavra ao senhor Presidente da Câmara e fica tudo arrumado. -----

----- Não passamos este assunto desta maneira, nós pretendemos que este assunto seja debatido numa próxima Assembleia Municipal se estivermos todos de acordo, uma vez que o Relatório não nos foi entregue atempadamente, é assim que tem que ser". -----

----- Teve a palavra a **Senhora Deputada Elisabete Oliveira** que cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e de seguida começou a sua intervenção dizendo "queria pontoar aqui uma questão que me parece importante no início destes trabalhos. -----

----- Hoje temos público presente, que é sempre uma situação que me agrada bastante e pensava como às vezes é triste e estranho, ver os trabalhos da Assembleia República e por uma questão particular, que é muitas vezes os Deputados encetam conversas que pouco interessam a quem estão de facto a representar e a servir e que acabam por ser diálogos de interesses e de questões pessoais, que sinceramente na minha humilde opinião, não é de facto esse tipo de assuntos que estamos a tratar.



Assembleia Municipal

----- Acho que a forma como iniciaram os trabalhos, leva-nos para esse campo e não me parece de todo que deva ser esse o caminho que deve pautar os trabalhos de hoje e naturalmente a nossa intervenção e a nossa conduta enquanto Deputados. -----

----- Estou a partilha-lo porque sempre considerei que o Poder Local pela sua proximidade com as pessoas, se destacava nesse aspecto de uma forma muito positiva em relação aos demais. -----

----- De facto, estamos aqui a discutir assuntos de interesse dos arganilenses, para os arganilenses, a favor de Arganil e não me parece que perdermos e peço desculpa, se ofendo alguém, mas não é meu objetivo, que perdermos tempo com considerações pessoais de uns para os outros, não eleva os trabalhos, não eleva a democracia e não dignifica o Vinte Cinco de Abril. -----

----- Não podia deixar de fazer este apontamento, porque me parece sinceramente que perdermos tempo com este tipo de questões, leva a que muitas pessoas não se revejam nos trabalhos e não levem a que considerem muitas vezes a actividade política, como algo digno, que dignifica aqueles que os representam ". -----

----- Explicou o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal Avelino Pedroso** que "uma das funções da Assembleia e da mesa da Assembleia, é permitir que todas as pessoas tenham intervenção e sobretudo quando são chamadas a isso. -----

----- É natural que o Senhor Presidente da Assembleia, mediante as solicitações que são feitas, quer relativamente a assuntos do Município, quer da actividade do Executivo, obviamente que o Senhor Presidente da Câmara tem que ser chamado a responder e a justificar as suas intervenções. -

----- Também devo lembrar aos Senhores Deputados, que este ponto, o período antes da ordem do dia, no ponto dois que é discussão e votação da acta e faço um apelo no sentido de nos concentrarmos naquilo que efetivamente está em foco e em questão. -----

----- Há outros pontos, nomeadamente no ponto Assuntos de interesse para o Município, onde alguns dos aspectos poderão ser tratados. -----

----- Como o Senhor Presidente da Câmara fez intensão de esclarecer alguns aspectos relacionados com esta questão do Relatório, eu vou-lhe dar a palavra para se pronunciar e de seguida prosseguiremos com as outras intervenções." -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, para fazer os esclarecimentos. -----

----- "Respondendo à questão suscitada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, que me parece pragmática e adequada, nós ainda não recebemos qualquer reacção da IGF ao contraditório que exercemos, quero também recordar que na última Assembleia



Assembleia Municipal

Municipal e era essa a competência que cabia a este órgão, foi confirmado e validado o contraditório que a Câmara exerceu e que foi votado em reunião de Câmara por unanimidade e ficámos nessa altura disponíveis, uma vez que não tinha sido distribuído por todos os senhores deputados o Relatório da IGF, mas foi distribuído pelos Líderes das Bancadas, ficámos disponíveis para esclarecer quaisquer dúvidas que pudessem subsistir após leitura do Relatório.-----

----- De facto e já foi aqui assumido, houve um erro dos serviços no sentido de não disponibilizarem o Relatório, só o disponibilizarem hoje, e nós estamos absolutamente disponíveis para esclarecer quaisquer dúvidas que existam neste período e na próxima Assembleia.-----

----- Se entenderem na próxima Assembleia, colocar dúvidas sobre o Relatório, a Câmara está absolutamente disponível para esclarecer os Senhores Deputados naquilo que forem as dúvidas que tiverem, muito obrigado Senhor Presidente”.-----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referiu que queria apenas fazer duas notas.-----

“A primeira referente à intervenção da Deputada Arménia Coimbra sobre este assunto e sem querer e nem pretender ser deselegante, eu entendo e a Senhora Deputada é às vezes demasiado formalista, acho que deveria ter feito um pedido ao Senhor Presidente para fazer a sua intervenção.-----

----- O Senhor Presidente dar-lhe-ia a palavra e então fazia a sua exposição, esta é uma observação que eu entendo que deve ser feita.-----

----- Por outro lado no que respeita a este assunto, eu concordo, estou de acordo com o que disse, se houver dúvidas, na próxima Assembleia volta-se a debater este assunto em pormenor, não vimos inconveniente absolutamente nenhum.-----

----- Já que foi explicado que houve um lapso na distribuição, no tempo da distribuição para que todos pudessem ter conhecimento do relatório, verificado esse facto, se suscitarem dúvidas, fica para a próxima reunião, analisar este assunto. Era só Senhor Presidente, muito obrigado”.-----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale** que na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, cumprimentou todos os presentes para de seguida proferir, “é estranho esta consecutividade de lapsos relativamente a esta matéria. Eu quero relembrar aqui todos os membros desta Assembleia, de que esta Assembleia tem um papel muito importante, é o papel de fiscalizador da actividade e da actuação da Câmara Municipal de Arganil, é isso que nós estamos aqui a fazer, é esse papel que nós estamos aqui a cumprir e é devido a esse papel que nós levantamos as questões que estão a ser levantadas. Não são formalismos, é o nosso papel, é o nosso dever enquanto membros da Assembleia Municipal. Ao apelidar isto de meros formalismos eu acho que nós estamos



Assembleia Municipal

a apoucar a nossa própria qualidade de membros da Assembleia Municipal, temos um dever moral de fiscalizar a actuação e a actividade da Câmara e é precisamente isso que estamos a fazer, muito obrigado".-----

----- Pediu a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e barril de Alva, Luís de Moura** para dizer, "apenas uma referência à intervenção da doutora Elisabete, porque eu acho que ficou perfeitamente descabida num dia como este em que estamos a discutir um assunto e na qualidade de órgão fiscalizador da actividade municipal, acho que uma referência por um membro da Assembleia nesse tom não dignifica ninguém.-----

----- Eu acho que compete à mesa graduar as intervenções do Senhor Presidente da Câmara e quando estamos a discutir uma acta e estamos meramente a discutir uma acta, acho que dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara fica perfeitamente descabido. -----

----- Em relação à discussão deste ponto, acho que deve ficar claro, tal como estava na acta anterior, que isto é um ponto que não é de discussão arbitrária, mas sim uma discussão obrigatória e que deve constar de um ponto específico na ordem de trabalhos da próxima sessão, muito obrigado".

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, para referir apenas duas notas.-----

----- "Foi aqui referido várias vezes, o papel fiscalizador da Assembleia Municipal e dos seus órgãos nomeadamente o Presidente e a mesa da Assembleia.-----

----- Eu penso e pela prática que tivemos ao longo deste período, acho que nunca foi aqui posto em causa essa função e também foi sempre dada a oportunidade a todos os Deputados e ao Público, para manifestar a sua opinião para pedir os esclarecimentos que fossem necessários, portanto quanto a esse aspecto não nos desviámos da nossa função.-----

----- Ainda uma palavra sobre esta questão. Efetivamente houve aqui um erro pelo qual já pedimos desculpa, peso embora já foi referido muitos lapsos relativamente a este assunto, obviamente que nós reconhecemos que não correu da melhor forma.-----

----- Contudo o que era essencial e aquilo que nós providenciamos agora, é que o Relatório efetivamente chegue a todos os Senhores Deputados. Nessa medida e muito bem, após essa análise do Relatório se for entendido que esse deve constituir um ponto da Ordem de Trabalhos para ser discutido aqui na Assembleia, pois será.-----

----- Quanto às dúvidas de que eventualmente teria havido alguma questão em não introduzir esse elemento, alguma pertença intenção de que não fosse discutido, não houve qualquer intenção nesse aspecto e disso estou convicto.-----



Assembleia Municipal

----- O que transpareceu e aquilo que foi também meu entendimento, foi aquilo que está aqui na acta "*como bem foi dito pela Senhora Deputada, será enviado a todos os Deputados e Membros com Assento*", pedimos desculpa porque efetivamente não foi, o Relatório, "*para numa próxima Assembleia, nós apreciarmos detalhadamente alguma questão que tenha sido suscitada*". Por outro lado também existe a gravação e se algum dos Senhores Deputados tiver alguma dúvida, poderá ouvir a gravação naquilo que diz respeito, áquilo que foi dito aqui nesta Assembleia". -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura** para dizer, "o que foi dito claramente foi, na próxima sessão e não numa próxima sessão". ----

----- Refere o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** "Senhor Presidente, não vou estar a discutir aqui consigo nestes termos, há a gravação e havendo dúvidas poderá ser ouvida a gravação".

-- Após feitos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Avelino Pedroso**, colocou a Acta à votação tendo sido aprovado pela maioria com uma abstenção, da Senhora Deputada Rita Marques.-----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

### **3 – Assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e de seguida referiu "Permitam-me Senhores Deputados uma referência ao público, como já foi dito é sempre muito agradável ver os nossos concidadãos interessados nas questões importantes do seu Município. -----

----- Hoje é Abril, comemora-se uma data importante que registo com muito agrado, logo vai haver cerimónias relativas ao dia, mas ainda assim não poderia deixar de manifestar este renovar de Abril que hoje se comemora.-----

----- Antes da intervenção propriamente dita, nós ouvimos ler uma petição pelos comerciantes de Arganil, os comerciantes de Arganil estão preocupados, expressaram-no de uma forma clara, penso que é um assunto que deve merecer por parte do Executivo boa atenção. Esta questão, o PS tem a vindo a levantar em tempo, dizendo que isto era possível que viesse a acontecer e por conseguinte, aí está ela, expressa de uma forma forte e que eu gostaria de ouvir hoje e aqui sim, com toda a



Assembleia Municipal

oportunidade por parte do Município, do seu representante maior, uma posição muito clara sobre esta posição dos Arganilenses e para este enfraquecimento da vida económica na vila e procurar estimular e encontrar as soluções para a sua melhoria.-----

----- Posto isto, na minha intervenção de hoje, eu vou falar de um assunto que é quase tão velho como a Ponte da Baralha, estou a falar da sinalética no Concelho.-----

----- Ao longo dos anos, temos referido que a sinalética não está de forma alguma apropriada, que é uma má imagem para o nosso Concelho, o mês de Agosto aproxima-se a passos largos e eu gostaria de ver aqui uma imagem nova neste problema. É urgente refazer esta informação e estas placas informativas.-----

----- Queria ainda fazer uma referência que me parece de todo oportuna que é a seguinte, em termos regionais, há dois polos significativos de turismo com um movimento significativo. Um deles é o Piódão e o outro é as Minas da Panasqueira.-----

Li há poucos dias numa entrevista da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Barroca Grande ao Diário de Notícias, dizer que o Turismo na Barroca Grande, a parte da actividade mineira, é hoje um factor extremamente importante.-----

----- Dizia a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Barroca Grande que em dois mil e treze, dois mil e catorze e dois mil e quinze, visitaram o Cristo Mineiro e o Museu ao Ar Livre, quarenta mil pessoas.-----

----- O que é que eu penso, como todos sabem, a Barroca Grande está a vinte e três quilómetros da Malhada Chã. Quem vem da Barroca Grande, não há uma placa que indique o Piódão ou Município de Arganil. Está todo um trabalho por fazer e é um movimento significativo que nós estamos a desperdiçar.-----

----- O que é que eu proponho? Não concretamente as acções no terreno, que isso é trabalho de técnicos, mas equacionarmos a possibilidade de na minha opinião, tirar no fim da visita a este polo importante que é a Barroca Grande, introduzir a essas pessoas e a sua saída é pela Freguesia do Piódão, melhorando a estrada, fazendo uma melhor sinalética, mas não descorando esta possibilidade.-----

----- Há uns anos na África do Sul, em Joanesburgo, estive numa mina de ouro desativada que na opinião dos locais, continuava tão importante como quando ela era explorada. Porque tinha um fluxo turístico tão significativo que as receitas consideravam importantes.-----

----- Em síntese qual era a proposta para o Executivo? É tentar captar este volume turístico considerável e na minha opinião introduzi-lo em Arganil, começando por exemplo pela tão falada sinalética, disse".-----



Assembleia Municipal

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'João'.*

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António Simões**, que cumprimentou toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente.-----

----- “Faço esta minha intervenção sobre o Teatro Alves Coelho de Arganil, com dois sentimentos similares e muito fortes.-----

----- O primeiro de incompreensão de como é possível duas instituições, como o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, não se entenderem sobre a beneficiação e melhoramentos de um património que em última análise pertence ao povo de Arganil e que por isso mesmo não podendo deixar de considerar censurável o comportamento dos responsáveis das duas instituições e incapazes de se saberem por termo às suas divergências acumuladas em favor do interesse público dos Arganilenses.-----

----- O segundo é de perplexidade, dadas ações desenvolvidas nos trabalhos iniciados no Teatro Alves Coelho demonstrarem uma aparente inabilidade nas mesmas, com efeitos e danos colaterais a terceiros, notícias preocupantes da retirada de materiais e alarmantes se efetivamente esses materiais são retirados ao nível das fundações.-----

----- A nota de imprensa titulada de Município de Arganil quer conhecer os segredos do Teatro Alves Coelho, datada a dezoito de Abril de dois mil e dezasseis, foi muito pouco esclarecedora e um pouco brejeira, quando a título de curiosidade o Município diz poder informar que já foi possível contactar, que o edifício tem pilares construídos em tijolo de burro sobreposto, similares ao edifício da Cerâmica, entre outros segredos mais ou menos pouco interessantes.-----

----- Ora tratando-se de um edifício construído nos anos cinquenta, com as dimensões dos vãos vencidos em larga cobertura da viga pórtica de suporte do balcão, da viga portica da boca do palco e outras de considerável importância estrutural, não é certamente credível esta curiosidade escrita na nota de imprensa do Município que certamente generalizou alguma situação pontual.-----

----- Perante tudo isto, pensamos que só poderemos nós e o próprio Executivo ficar esclarecido e serenos, se minimamente forem respondidas as seguintes questões.-----

----- Um - Informação sobre os trabalhos que se estão a projectar para a intervenção no edifício, que pela sua natureza ou dimensão possam implicar uma alteração e ou reforço da estrutura actual do edifício ou das suas fundações, tornando necessário a execução de um projecto de especialidades de estruturas.-----

----- Dois - Se estes trabalhos de prospeção e sondagem em curso, foram solicitados ou ordenados pela empresa projectista.-----

----- Três – Se estes trabalhos de prospeção e sondagem, estão a ser realizados por empresa especializada nos mesmos e devidamente credenciada.-----



Assembleia Municipal

----- Quatro – Se essa empresa apresentou ou está anexo ao contrato, uma memória descritiva do modo de execução, objectivos e técnicas de execução dos trabalhos e um plano detalhado de sondagens e ensaios a executar com localização, profundidade das sondagens e das amostras a estudar. Eventuais ensaios de carga e tipo de relatório final a apresentar. -----

----- Cinco – Se foram efectivamente retirados materiais solos existentes na zona das fundações do actual edifício e se essa retirada, estava prevista no plano de estudo geotécnico ou foi autorizada pelos projectistas. -----

----- Seis – Qual o prazo previsto para estes trabalhos.-----

----- Sete – Qual o prazo previsto para o projecto de execução da reabilitação do Teatro Alves Coelho.-----

----- Oito e por último, uma questão que pode ser extemporânea e pergunto. Não deveriam estes projectos, na sua fase inicial serem postos há discussão pública, dada a natureza, a utilização pública e o valor histórico do edifício? Tenho dito”.-----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**. “Saúdo todos fraternalmente nesta jornada de celebração dos quarenta e dois anos daquele dia inicial, inteiro e limpo, como Sophia de Mello Breyner, poeticamente designou o Vinte Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, dia que terminou com quarenta e oito anos de Ditadura e com quarenta e um anos de Estado Novo. --

----- Este é o dia de efusivamente gritarmos liberdade, de festejarmos denodadamente a democracia e de recordarmos os valorosos cidadãos resistentes antifascistas que lotaram pelos valores fundamentais da nossa pátria. Liberdade, tolerância, justiça, igualdade, solidariedade. Recordar aqueles que foram sacrificados em nome de uma política colonial repressiva e obsoleta. -----

----- É o dia de lembrar, pesadamente uma época que frustrou expectativas, adiou aspirações e gerou esperanças perdidas, uma era que esmagou e distorceu vidas e desvirtuou a história de um país. -----

----- É o dia de lembrar o contraste dessa época negra com a espontaneidade de uma explosão participativa do povo recém libertado e do inicio de uma época mais luminosa em que se perspectivava a concretização de muitos sonhos reprimidos e a expressão livre dos ideias agrilhoados.-----

----- É o dia de recordarmos a luta estrénuo e corajosa que desgastou o regime e não damos como garantida a perpetuação de um património tão fulcral e determinante nas vidas de todos nós. -----

----- A espuma dos tempos vai tornando cada vez mais longínqua esta data, verificando-se uma tendência crescente em aromatizar-----



Assembleia Municipal

*Handwritten signature in blue ink, possibly 'J. Vale', with a long vertical line extending downwards.*

----- Regista-se a tendência sobretudo pelas gerações mais novas da nossa sociedade, de relativizar a importância deste dia fundamental da nossa história contemporânea.-----

É necessário um esforço de imaginação para posicionar o Vinte Cinco de Abril no conjunto das motivações colectivas e de reformar o nosso sistema político, para que se crie de novo, a consciência de que cada cidadão é, conforme escreveu Miguel Torga em Abril de mil novecentos e setenta e cinco, portador de uma riqueza preciosa e vulnerável, o seu voto, a sua opinião, a sua determinação.

----- Ora a expressividade do voto, não pode nunca, vincular a actuação de um órgão da comunicação social.-----

----- Foi precisamente perante a presente semana, que nos chegou uma notícia que só nos pode deixar apreensivos. Numa altura em que se comemora a liberdade de imprensa e o fim da censura, é-nos comunicado na Comarca de Arganil, a entrada na Entidade Reguladora da Comunicação, de uma queixa do Presidente da Câmara Municipal de Arganil contra aquele jornal e contra o jornalista Paulo Matos Afonso.-----

----- Ora este modo de actuação na óptica do Partido Socialista, só pode configurar uma tentativa de condicionar a actuação de um órgão de comunicação social do nosso Concelho, uma vez que a leitura das notícias em causa, em nada indicia a violação dos deveres de jornalista.-----

----- Coloca em causa o reconhecimento da entidade detentora e a idoneidade de um profissional, que pessoalmente estimo e prezo e por essa razão não posso deixar de aqui e agora, enviar ao Paulo Matos Afonso, publicamente um abraço de solidariedade.-----

----- Hoje cumprindo os valores de Abril, lanço um apelo ao Presidente da Câmara Municipal de Arganil, para retirar a queixa efectuada à Entidade Reguladora da Comunicação, que só pode ser devido a um estado de alma passageiro.-----

----- A Coerência a isso o obriga, Senhor Presidente, lembrando apenas um editorial publicado em julho de dois mil e treze, no qual o diretor da Comarca, António Lopes Machado, apelou declaradamente ao voto em Ricardo Pereira Alves. Não me recordo de qualquer posição indignada de Ricardo Pereira Alves, nessa ocasião.-----

----- Viva a Liberdade, Viva o Vinte Cinco de Abril".-----

----- Antes de prosseguir, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, referiu " vou fazer uma coisa que não é meu hábito, mas apenas três notas sobre a intervenção do Senhor Deputado Fernando Vale.-----

----- A primeira é que congratulo-me por Arganil ser uma primeira página pesa embora as circunstâncias em que está.-----



Assembleia Municipal

----- A segunda nota, é que quem não deve não teme e de facto se alegadamente o Senhor Presidente da Câmara fez essa comunicação há Entidade Reguladora da Comunicação e se efectivamente não há matéria, não haverá qualquer constrangimento para este referido Órgão de Comunicação.-----

----- Depois uma outra nota que eu gostaria de dizer, todos nós temos as nossas motivações pessoais e institucionais, todos nós temos os nossos percursos, todos nós temos as nossas animosidades e todos nós temos também os nossos contratempos, agora não é expectável que as nossas motivações pessoais ou institucionais possam por em causa um Concelho e de facto Arganil está a cima de tudo e era nesse sentido que vai o meu apelo”.-----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha** que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referiu, “acompanho em primeiro lugar, aqui as referências elogiosas que foram feitas pelos vários Deputados, à presença do público. É sempre um prazer contar aqui com a vossa presença.-----

----- O Vinte Cinco de Abril, é um excelente pretexto para uma reflexão há cerca do papel dos políticos e dos partidos e há cerca do exercício do poder e da democracia.-----

----- Tendo em conta que nos aproximamos a passos largos de um novo ciclo de poder autárquico, esta reflexão ganha uma importância redobrada, por isso esta reflexão é também um apelo, um apelo a todos os que desempenham um papel neste processo de renovação autárquica, que, não tenhamos dúvidas, já está em curso.-----

----- Começo por deixar claro que considero a política uma profissão nobre e olho para os partidos como instrumentos essenciais de uma democracia moderna.-----

Arganil tem beneficiado ao longo dos anos, da dedicação de muitas pessoas, as quais integradas nas suas estruturas partidárias, têm contribuído decisivamente para o desenvolvimento do Concelho e para a melhoria do bem-estar da sua população.-----

----- Cada um do nós lembrar-se-á de vários conterrâneos, cuja devoção à causa pública, merece ser reconhecida e respeitada. Pessoas que honraram a política e os cargos públicos que exerceram ou ainda exercem. No entanto ao longo dos tempos, também temos assistido à disseminação de determinadas práticas que em meu entender são negativas, algumas delas profundamente negativas e que dificulta o desenvolvimento justo e harmonioso de Arganil, de seguida irei dar exemplo dessas práticas e é sobre elas que vos convido a todos a reflectir.-----

----- Uma das tais práticas negativas que tem colocado entraves ao desenvolvimento do nosso Concelho é a dificuldade, por parte de quem tem o poder, em acolher propostas dos partidos da



Assembleia Municipal

oposição e o argumento é sempre o mesmo, ganhámos as eleições e a nossa obrigação é cumprir o programa eleitoral. -----

----- De facto, lendo as actas destas Assembleias, percebe-se facilmente que segundo esta visão redutora, o exercício da democracia, se esgota nas eleições e no programa eleitoral. -----

Segundo este discurso, basta ir a votos e quem ganha as eleições, com maioria, passa a ter legitimidade para administrar a causa pública como bem entende, desde que cumpra o seu programa. Ora o objectivo último do poder político, consiste em promover o bem comum e o bem comum inclui todos os arganilenses, mesmo aqueles que não votaram em nós e isto é muitas vezes esquecido. -----

----- Por isso faço a seguinte pergunta a todos os que sentem que podem desempenhar um papel, no actual processo de renovação, independentemente do partido a que pertencem. -----

----- Será que os Arganilenses não ficariam a ganhar se houvesse daqui para a frente, uma maior cooperação entre pessoas que pensam de maneira diferente, entre pessoas que colocam interesses da comunidade de Arganil, à frente dos interesses partidários. -----

----- Mas a maior ameaça ao exercício pleno da democracia local, radica noutro problema quanto a mim ainda mais grave, o partido tende a confundir-se com o Estado, neste caso com a Autarquia e com algumas importantes Instituições locais. -----

----- A busca do voto, a luta pela conquista e pela manutenção do poder, transformaram o emprego e as instituições locais em armas políticas poderosas. Quando criamos um ambiente em que a adesão a um partido é feita por interesse e não por convicção, um ambiente em que favorecemos de forma clara, os nossos correligionários, um ambiente em que basta simpatizar com um partido da oposição para se ser excluído, então estamos a corromper a própria razão de ser da política e a dar razão a todos de que de forma leviana e demagógica criticam os políticos e os partidos. -----

----- Termino esta minha intervenção, com uma nota de esperança porque o passado é passado, porque o processo de renovação, já está a decorrer e porque cada um de nós é livre de agir de acordo com a sua consciência, gostaria de ver recuperado o sentido de comunidade à muito perdido. -----

----- As iniciativas locais, constituem oportunidades únicas nesse sentido, oportunidades únicas para as forças vivas da região, trabalharem em conjunto para o bem comum e independentemente do partido de que são militantes ou meros simpatizantes. -----

----- Será que somos capazes de recuperar a confiança uns nos outros e deixar de olhar para todo e qualquer projecto como uma arma política que ajuda a consolidar o poder do partido ou a nossa influência pessoal? -----

----- Será que somos capazes de demonstrar que em Arganil a política ainda é uma arte nobre onde não cabe o facciosismo das classes de futebol? -----



Assembleia Municipal

----- Será que somos capazes de dar as mãos, abandonando por uma vez a querelas partidárias, para em conjunto conseguir o bem comum?-----

----- Fica a dúvida que ao mesmo tempo é um desejo e como disse no início, um apelo a todos os que pretendem participar neste processo de renovação, muito obrigado”-----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Rodrigo Oliveira**, que cumprimentou todos os presentes e referiu de seguida, “um dos assuntos que eu vou aqui falar, já foi aqui há bocado debatido pelo público presente, mas nunca é demais voltar a debate-lo. -----

----- Após reunião com o Senhor Presidente da Junta de Secarias, foi acordado, a freguesia de Secarias abdicar do contrato-programa de dois mil e quinze e em contrapartida, o Município de Arganil, comprometeu-se a alcatroar a Rua Principal e a Rua da Lomba do Canho, uma no ano de dois mil e quinze e outra no ano de dois mil e dezasseis, isto na freguesia de Secarias. -----  
Hoje é dia Vinte Cinco de Abril de dois mil e dezasseis e nenhuma destas duas Ruas foi alcatroada.

----- Posto isto, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, qual a sua previsão para o alcatroamento destas duas ruas, mas gostaria que fosse o mais sincero possível na sua resposta.

----- Outro assunto e também este relativo à Freguesia de Secarias, prende-se pela Praia Fluvial da Cascalheira.-----

----- Relativamente à Praia Fluvial da Cascalheira e este é mais um assunto que por diversas vezes foi colocado ao Município, a Freguesia de Secarias tem agendado obras de requalificação na praia no que respeita ao espaço exterior devido às intempéries deste ano, que destruíram grande parte das margens do rio. -----

----- Quanto ao bar de apoio existente, este bar propriedade do Município de Arganil, o mesmo encontra-se num estado de total abandono, as escadas que ligam a cobertura do edifício ao bar estão completamente degradadas e colocam a segurança das pessoas que as utilizam em risco. -----

----- Tratando-se de uma questão de segurança pública, é urgente proceder à reparação das mesmas. O estado do DEC da esplanada, bem como os barrotes que o suportam, estão bastante danificados correndo o risco da esplanada ceder. -----

----- Visto que estamos praticamente em cima da abertura da época balnear e que a Praia Fluvial da Cascalheira é fulcral para o turismo na Freguesia e também do Concelho, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, para quando está previsto proceder aos arranjos do edifício. -----

----- Gostaria também de saber, qual a estratégia que o Município tem delineada para promover as praias fluviais do Concelho durante este verão. -----

----- O último assunto que trago aqui, tem a ver também com o Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil.-----



Assembleia Municipal

----- Relativamente a este assunto, o edifício do CETA foi inaugurado há cerca de sete anos e nunca funcionou para os fins que foi concebido. -----

----- Mostrou sempre problemas na sua construção e uma total ausência de acompanhamento por parte do Município. -----

----- Após vários anos de constantes avisos ao Município a fim de se arranjar solução para os problemas existentes no edifício, em vinte e um de Maio de dois mil e quinze, reuniram-se os empresários e o Senhor Presidente da Câmara, dessa reunião saíram soluções e garantias dadas por parte do Senhor Presidente. Acontece que até ao dia de hoje, grande parte dos problemas continuam por resolver. O edifício continua com infiltrações de água chovendo no seu interior e isso é fácil de se ver com a quantidade de baldes e panos que por lá estão espalhados causando uma péssima imagem aos clientes e a quem frequenta o edifício. -----

----- O sistema de segurança é algo ridículo, quando os dispositivos funcionam, os códigos de acesso são facilmente descobertos após duas ou três tentativas e além disso a concepção do sistema não funciona como já foi demonstrado variadíssimas vezes colocando os bens dos empresários em eminente risco. -----

----- Em dezasseis de Fevereiro, enviei um email com todas estas problemáticas ao Senhor Presidente da Câmara, mas até ao momento não obtive qualquer resposta. -----

----- Verifiquei também que a RERA Rede de Empresas da Região Centro, é constituída por doze incubadoras de empresas e dessas doze, o CETA não faz parte. Não seria fulcral para Arganil e para o Concelho, o CETA fazer parte dessa rede, com o objectivo de aumentar as iniciativas empreendedoras tão necessárias ao desenvolvimento e competitividade da nossa economia. -----

----- Quero fazer esta pergunta directamente ao Senhor Presidente da Câmara, o CETA é ou não é uma prioridade para o Município e o porquê, deste total abandono?" -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António Lopes**, para dizer "eu apresentei uma proposta para debate, uma delas referia-se ao Plano de Protecção Social que parece que está guardado num cofre, ele podia estar no computador, mas a legislação obriga a que seja divulgado a toda a população e haja inclusivamente ensaios para no caso de algum acidente colectivo, por exemplo, um dos que tem sido ensaiado por vários Municípios, é um acidente numa cozinha de uma IPSS, é um acidente provável, porque há muitas IPSS pelo Município, mas qualquer outro tipo de acidente, pode acontecer. -----

----- Eu gostaria de conhecer o Plano e gostaria que esse Plano, fosse do conhecimento de todos os habitantes. -----



Assembleia Municipal

----- Agora temos meios relativamente simples, rádio, jornais, internet, documentos avulso, tudo pode ser feito e há muitos Municípios que já fizeram o que a lei estabelece.-----

----- Outro aspecto que me parece significativo é esta proposta que o comércio de Arganil faz. É evidente que o comércio de Arganil está a definhar, porque na realidade só há comércio se houver produção. Nós temos que ter a noção que só se podem vender pepinos se alguém produzir os pepinos. O comércio é uma actividade a seguir à produção, ora eu tenho feito propostas, parece que esta última é a trinta e seis e dos elementos desta Assembleia ainda não ouvi ninguém dizer, vale apenas, não vale a pena, pomos essa, pomos outra... Na última Assembleia o Deputado Luís Gomes e o Deputado Luís Almeida disseram-me que um plano ou uma proposta de divulgar os tais possíveis petiscos pelas nossas casa de comes e bebes, era interessante e podíamos falar nisso, porque há muitos, ora eu propus uma reunião e a verdade é que ou não tiveram tempo ou esqueceram-se, agradeço que proponham uma reunião para ver se eu consigo reunir convosco e divulgarmos junto dos munícipes dos concelhos em volta, formas económicas de interesse local, porque se não tivermos esse interesse, pois o comércio tem de fechar, por isso meus amigos se querem responder a alguns problemas de natureza económica e reparem, nós aqui primeiro somos todos voluntários, segundo temos ouvido as preocupações dos nossos vizinhos de aldeias para aldeias ou vilas, por isso temos obrigação de dar alguma sugestão que conduzam a melhores actividades económicas.-----

----- A seguir queria aqui referir, o Município começou a publicar um boletim, é interessante, é evidente que o Senhor Presidente da Assembleia ou presidente da Câmara, não sei, um dos dois, ainda não tenham lido a legislação, mas eu vou aguardar mais alguns tempos.-----

----- Mas num dos últimos vi uma referência ao Senhor Presidente da Câmara, participar em Aldeias Históricas. Eu gostava de saber com o Senhor Presidente de São Martinho da Cortiça, o que é que a aldeia de Sanguinheda beneficia com isso? Ao senhor Presidente de Vila Cova do Alva o que é que a Vila de Vila Cova do Alva beneficia com isso, porque também é uma aldeia em dimensão em aldeia, mas historicamente tem o nome de Vila, continuam em ruina uns edifícios junto ao Convento.-----

----- Outro aspecto noutro boletim, encontrei um Plano de Mobilidade para o Município, ora é interessante que o Plano para o Município é discutido em Novembro e em Novembro o Plano não tinha projecto nenhum, não sei se se lembram, eu até perguntei com aquele Plano, qual era o projecto que se iria fazer, só lá vinha no orçamento, um milhão de euros para o malfadado Museu do Rally que agora até é motivo de situações com a Agência de Comunicação Social, esperamos que isso passe como as trovoadas e chuvas de Abril, não tem sentido nenhum esse processo ao jornalista.-----

----- Por isso eu chamo a atenção porque na realidade há planos, o que não sabemos é enquadrá-los, os planos são discutidos em Novembro, as contas são discutidas até ao fim de Abril, ora temos que nos habituar a trabalhar com alguma ordem, se não andamos aqui todos os dias a dar sugestões,



Assembleia Municipal

*Handwritten signature in blue ink, possibly 'J. Pedro', with a long arrow pointing downwards.*

nada é feito e são feitas outras coisas que não têm sentido, por isso estes aspectos parecem-me significativos. -----

----- Outro aspecto que eu queria falar, é que no Piódão continua a haver problemas para melhorar o largo do Piódão, isso não está em nenhum plano, mas como se fazem obras fora do plano, sugiro que essa obra seja feita durante este ano, pelo menos antes do verão, porque é muito inconveniente para os turistas, obrigado".-----

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís de Moura**, "Comemorando-se hoje quarenta e dois anos sobre a data histórica para Portugal, na qual foram repostos os valores da democracia no nosso país e foi dado ao povo português o direito de expressar livremente as suas opiniões sem receio de represálias ou diminuição dos seus direitos perante os seus semelhantes, consignando a nossa constituição, princípios basilares como a liberdade e o direito de opinião.-----

----- Aqueles que conviveram com a censura bem presente antes de mil novecentos e setenta e quatro, encontrarão sem grande esforço em episódios públicos a que todos assistimos atónitos na passada semana, neste Concelho, preocupando semelhanças com esses métodos em perfeito de respeito com uma publicação regionalista com mais de um século que estará sempre acima dos homens que decidem sobre as opções editoriais ou daqueles que possam ser visados nas suas páginas.-----

----- A liberdade de imprensa incentiva a difusão de múltiplos pontos de vista, incentiva o debate e aumenta o acesso à informação promovendo a troca de ideias de forma a reduzir e prevenir tensões e conflitos. Contudo é vista por alguns como inconveniente em sistemas políticos assentes no culto da personalidade.-----

----- Perfilhando dos princípios democratas entendo que os agentes políticos deste Concelho só terão condições para desempenhar essa função caso adoptem atitudes com base no respeito pela difusão de múltiplos pontos de vista ao mesmo tempo que é sua obrigação incentivar o debate e aumentar o acesso à informação promovendo a troca de ideias.-----

----- Assistimos também a mais uma tentativa de manipulação de opinião pública por parte do Executivo Municipal, sobre a maior freguesia do Concelho excluindo Arganil como é evidente, na continuidade da política de condicionamento da acção dos seus órgãos faltando à verdade e ao rigor sobre a natureza dos factos, de tal forma grave, que a Assembleia de Freguesia aprovou na sua última sessão, por sua iniciativa e por unanimidade, um voto de desagrado de Coja à política de marginalização e de respeito da Câmara Municipal de Arganil em relação à União de Freguesias de Coja e Barril de Alva.-----



Assembleia Municipal

----- Acima de todos os interesses e de todas as razões, haverá sempre uma atitude que jamais poderá ser alienada, a verdade e no caso de em preço de instalação de um Museu em Coja, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, faltou de forma grave à verdade, deturpou factos e compromissos por si assumidos com o então Presidente da Junta de Freguesia de Coja, obrigando a União de Freguesias a recusar os termos que lhe foram agora propostos para um protocolo.-----

----- Para conhecimento desta Assembleia, a bem da verdade e certamente contradizendo aquilo que nos será dito a seguir pelo Senhor Presidente da Câmara, o que foi pedido pelo senhor Eng.º Oliveira em nome de Coja e que o Presidente da Câmara aceitou, foi o apoio para a instalação de um Museu num espaço gerido pela Junta de Freguesia, nunca, nunca a entrega da Casa da Criança à Câmara Municipal, porque Coja nunca o aceitaria em circunstância alguma. -----

----- Argumentar publicamente em total despropósito e com o tipo de justificação que a Câmara utilizou perante a União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, quando no passado e no presente, apoia financeiramente a instalação de Museus no Concelho por associações e outras Juntas de Freguesia, como veremos hoje nesta mesma sessão terá essa atitude forçosamente de ser entendida pelos Cojenses, como um tratamento discriminado e falta de respeito do Presidente da Câmara pela vila de Coja a todos os títulos censurável, trazendo à memória dos Cojenses a incompreensível atitude da Câmara em relação ao Centro BTT e dando razão, quando no dia da sua inauguração, alertei para que não se viesse a tornar num símbolo da soberania de Arganil, bem no centro da vila de Coja. -----

----- Estas atitudes não dignificam os seus autores e ainda menos os eleitos para defender os interesses das suas terras e com acento na Câmara Municipal, obrigando a questionar-nos sobre os reais motivos que os levaram a aceitar a função pública que ocupam nos órgãos municipais. -----

----- Acrescento a esta censurável e incompreensível postura, a tentativa que a Câmara Municipal fez junto da Degal no sentido do FEFE da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva ser cativado em trinta por cento, condicionando gravemente o normal funcionamento de uma freguesia do seu Concelho, argumentando uma dívida que nunca nos foi apresentada pela Câmara. -----

----- Entendemos que se trata de uma atitude grave e que não deixará de ter as suas consequências no relacionamento entre a Câmara Municipal e a sua maior Freguesia, excluindo a de Arganil. -----

----- Por último não posso deixar de reconhecer a mais-valia da intervenção do senhor Deputado António Simões, sobre o Teatro de Arganil, demonstrando seriedade na abordagem deste assunto, o que aquilo que não vimos na postura da Câmara Municipal em relação aos segredos dos nossos antepassados, muito obrigado". -----



Assembleia Municipal

*Handwritten signature in blue ink, possibly 'Pedro', with a vertical line extending downwards.*

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João Travassos**, que começou por cumprimentar todos os presentes e uma palavra especial ao Senhor Deputado Rodrigo Oliveira, por ser a primeira vez que está presente na Assembleia Municipal e de seguida referiu "peço a palavra para invocar a memória de um grande Arganilense, de um regionalista, um autarca, um social-democrata, um homem que muito amava a sua terra, refiro-me a Francisco Dinis de Campos que faleceu recentemente. -----

----- Francisco Dinis de Campos, fazia parte, aliás é o último de uma peleia de velhos amigos com quem eu ainda jovem, colaborei e trabalhei e tive o grato prazer e a honra de com eles conviver, refiro-me a Ramiro Castanheira Jorge, Joaquim Fernandes, António Joaquim. Por isso proponho a esta Assembleia um voto de pesar pelo seu falecimento. -----

----- Outro assunto é que também eu quero subscrever a preocupação dos comerciantes no centro de Arganil e dos comerciantes em geral na generalidade não tanto na especialidade. -----

----- Efetivamente assistimos à desertificação no centro da Vila, que é um assunto que deve preocupar a maior parte dos Arganilenses, não sei como poderá resolver-se esta situação, por isso pedia à Câmara, ao Executivo que refletisse sobre este assunto, no sentido de podermos realmente inverter a situação, muito obrigado". -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, propôs a toda a Assembleia, o Voto de Pesar pelo ilustra Arganilense Francisco Dinis de Campos, apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João Travassos. -----

----- Não havendo ninguém a opor-se, ficou registado este voto de pesar. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, Rui Franco**.

----- "Permita-me começar por felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, precisamente por esta Assembleia se estar a realizar no dia Vinte Cinco de Abril. -----

----- Uma das maiores conquistas de Abril, foi precisamente nós, os eleitos, representantes do povo, estarmos aqui hoje todos reunidos a debater os problemas comuns e os problemas do povo, do qual também fazemos parte como é claro, é portanto muito oportuno que esta Assembleia se realize neste dia. -- -----

----- Felicitar também a entrada do novo elemento para a Assembleia que entretanto hoje tomou posse. Felicítá-lo e desejar-lhe também um bom trabalho ao longo das sessões seguintes. -----

----- Aqui o Deputado João Lopes, fez uma referência à Sanguinheda e o que as aldeias históricas têm a ver com a Sanguinheda. Não é as aldeias históricas, não tem a ver com esse projecto ou com essa denominação, tem a ver com as áreas de reabilitação urbana que eu propus ao Município que



Assembleia Municipal

fosse considerado para a Sanguinheda, tendo em conta o grande valor histórico daquela aldeia. O que é que se ganha com isso? Os proprietários das habitações ganham incentivos para a sua reabilitação e reabilitação de uma forma respeitando a sua origem e os seus traços arquitetónicos tão característicos como os das casas tipicamente beirãs, casas agrícolas das residências dos agricultores.-----

----- De seguida saudar também aqui a intervenção do caro colega, Presidente de Junta João Travassos, porque de facto comemorar Abril também é e é sobretudo lembrar os grandes democratas e os grandes homens e mulheres deste Concelho, parabéns.-----

----- Uma breve intervenção alusiva ao Vinte Cinco de Abril, visto que no período da tarde, não terei oportunidade de o fazer.-----

----- Comemoramos hoje, quarenta e dois anos de democracia, conquistada por valorosos portugueses que nos transmitiram esse instrumento indispensável à modernização e à liberdade.-----

----- As conquistas de Abril permitem que cada um de nós possa escolher o seu caminho, a sua ideologia política respeitando sempre as opções contrárias.-----

----- A minha opção pela social-democracia tem efectivamente motivações ideológicas, onde aprendi que é possível fazer política respeitando a dignidade de todos e de cada um, mesmo daqueles que não interpretam corretamente essa ideologia.-----

----- Aprendi também nos ideais de Abril que a política deve ser exercida com independência intelectual e deve servir para construir uma sociedade justa e sustentável, ocupando o nosso precioso tempo na resolução de problemas que efectivamente podem condicionar o nosso futuro colectivo, sendo para o Concelho de Arganil um dos maiores desafios, combater a desertificação acelerada do nosso território. Continuamos todos a sonhar com a redução das assimetrias no território e na sociedade, contudo o interior não para de perder população e o Litoral cada vez é mais visto como uma terra de oportunidades.-----

----- O enorme investimento em novos equipamentos públicos não tem sido suficiente para combater este problema que na minha opinião, reside essencialmente na falta de criação de emprego qualificado no interior do país.-----

----- Não compete ao Poder Central e ao Poder Local, oferecer esses empregos, mas compete-lhes desenvolver políticas facilitadoras de fixação de empresas no interior. Considero prioritário e estratégico para Arganil, que os agentes políticos deste Concelho e muitos deles, estão aqui nesta Assembleia, coloquem no topo das suas agendas a criação de medidas concretas e eficazes, direccionadas para o emprego com uma efetiva rentabilização do nosso território nas áreas da indústria, do turismo e da agricultura, só assim teremos viabilidade e nos afirmaremos regionalmente como um Concelho pujante e de oportunidades.-----



Assembleia Municipal

*Luís R*

----- Estou convicto que inspirados nos ideais de Abril, encontraremos na população do nosso Concelho a energia e a sabedoria necessária para vencer esta batalha inadiável. -----  
----- Viva Arganil, viva Portugal, viva a Democracia”. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** que referiu, “uma primeira nota e como resposta ao presado colega Deputado António João Lopes sobre o seu projecto Arganil capital dos petiscos, eu lamento realmente não ter podido estar presente na convocatória que teve a amabilidade de me fazer, mas a minha agenda gastronómica e petisqueira não me permitiu, ficará para uma próxima oportunidade. -----

----- Um outro assunto mais sério, eu queria aqui deixar uma nota de pesar e pedir a esta Assembleia que guarda-se um minuto de silêncio, pelo falecimento de um homem que muito lutou pela sua terra e pelo seu Concelho que conhecia bem, podia-se dizer que conhecia palmo a palmo.---

----- Um social-democrata, um homem de luta, um homem de visão, um homem de trabalho, refiro-me a José Augusto Alves Moreira que foi presidente da Junta de Freguesia de Sarzedo e com ele ficaram de pé algumas das obras mais relevantes que hoje a freguesia beneficia. -----

----- Não posso deixar de recordar aqui, a quando da localização e implementação da Zona Industrial da Relvinha, o papel que José Augusto Alves Moreira, Presidente da Junta, desempenhou.

----- Estávamos na década de mil novecentos e oitenta, no início da década. O Executivo da altura pensou e penso que bem no desenvolvimento industrial do Concelho para a criação de postos de trabalho, fixação de empresas que realmente depois acabaram por se fixar e ser determinantes no desenvolvimento deste nosso Concelho. -----

----- Quando disse ao José Moreira que havia necessidade e já estava instalada uma das unidades que hoje realmente é importante neste Concelho, a Solex que hoje tem outra denominação e ela ficou instalada no local onde está, era ideia fazer o parque industrial na zona da Quinta da Ribalta. Essa era uma das hipóteses mas punha-se o problema das acessibilidades para essa zona, acessibilidades rápidas que permitissem chegar mais próximo de outras vias principais. E falando com o José Moreira, disse que se estava a pensar nisto e de imediato ele diz-me “vem comigo, vamos até à serra” e assim fomos até à Relvinha. -----

----- Demarcou à vista todo aquele espaço que era baldio mas que era gerido pela Junta de Freguesia e disse “aqui está o local ideal para nós pensarmos em fazer aqui a Zona Industrial” e eu dei-lhe o meu acordo e disse-lhe “vamos pensar nisso”. -----

----- Entretanto ele teve que travar uma luta muito especial, muito difícil, foi lutar contra alguns velhos do restelo que diziam que aquelas propriedades tinham sido dos avós, dos tios, dos primos e que não podia ser um desperdício, homens sem a visão que tinha José Augusto Alves Moreira. -----



Assembleia Municipal

----- Efectivamente ele conseguiu lutar contra esse grupo de pessoas que pensava que não seria possível ou que seria um desperdício ocupar aquele terreno com uma Zona Industrial que hoje é uma realidade mas conseguiu vencer essa luta e em várias reuniões que teve em Lisboa conseguiu levar por diante a ideia da cedência daqueles terrenos à Câmara Municipal que ainda hoje a restante área é gerida pela Junta de Freguesia e assim nasceu a Zona Industrial da Relvinha com a sua via rápida de proximidade com o IC e com orgulho podemos dizer que a Zona Industrial da Relvinha é talvez das Zonas Industriais dos Concelhos do Interior da Beira Serra aquela que tem melhor localização e acessibilidade. Por isso mesmo não podia deixar aqui nesta Assembleia recordar a figura de José Augusto Alves Moreira na medida em que o seu contributo para a sua Freguesia e para o seu Concelho foi importante.-----

----- Pedia então Senhor Presidente, que esta Assembleia guardasse um minuto de silêncio.-----

----- Referiu o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, "se me permitem, ouve aqui também um voto de pesar por Francisco Dinis de Campos, faríamos então pelos dois evocados aqui nesta Assembleia um minuto de silêncio".-----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Luís Almeida**, para proferir "procurando responder à intervenção do Senhor Deputado Fernando Vale, não parafraseando, também não é essa a intenção, mas realmente há valores de Abril que se têm vindo a perder de geração em geração e os senhores do Partido Socialista têm um bom exemplo, nomeadamente Mário Soares para o filho João Soares, que recordando aqui o episódio lamentável da oferta gratuita de lambadas a um colonista, de certa forma e fazendo aqui um paralelismo com a situação que referi aqui, nomeadamente sobre o destaque feito por um órgão de comunicação local à postura do Senhor Presidente da Câmara, portanto estamos todos em querer que não estamos certamente a falar da mesma coisa.-----

----- Dizer aqui e falo enquanto Arganilense, que semanalmente abro a Comarca e também tem um profundo reconhecimento pelo órgão centenário, pelos cento e dezasseis anos da Comarca de Arganil, que é para os Arganilenses um património cultural, imaterial mas de memória colectiva e no qual nos deve orgulhar e certamente, mesmo não discordando e daquilo que vou passar a dizer a seguir, de certa forma nos reconhecemos na sua história, não na totalidade infelizmente, mas na sua história na grande maioria. Dizer que como Arganilense, semanalmente acedo ao jornal, já me habituei a nunca ver uma referência de Arganil na capa, eu quase que faria aqui um desafio, provavelmente neste mandato foi a primeira vez que o Presidente da Câmara teve direito a ser capa da Comarca, nem sei se o terá tido quando foi eleito Presidente de Câmara e com o mesmo destaque não foi certamente.-----



Assembleia Municipal

----- Tem sido voz corrente dos Arganilenses a preocupação com que Arganil face a outros Concelhos, tem vindo a perder porque frequentemente têm vindo actividades de outros Concelhos na capa e de Arganil, ou são de uma Instituição em específico que não a Câmara Municipal ou então não vemos e mesmo quando há referências interiores, eu muitas vezes vejo órgãos de natureza regional ou mesmo nacional que noticie e dão destaques a notícias de Arganil e para espanto ou cada vez menos abro a Comarca às quintas-feiras e nelas não vejo esse destaque. -----

----- Este é o sentimento dos Arganilenses e é algo que devia levar à reflexão de todos. -----

----- Deixar aqui algumas questões nomeadamente ao tema que trouxe a intervenção do Senhor Deputado Fernando Vale sobre se Ricardo Pereira Alves, tenta ou não silenciar a Comarca de Arganil, questionar se por diversas ocasiões não terá sido a Comarca de Arganil a procurar silenciar a obra de Ricardo Pereira Alves. -----

----- Outra questão e se por qualquer motivo outro cidadão no seu pleno direito entender também participar à Entidade Reguladora da Comunicação, também ele será visado dos mesmos moldes, com direito a capa, ou estamos de facto perante a uma tentativa daquele jornal ou daquele órgão, tentar silenciar qualquer tipo de queixa? Será que vamos ver isso? -----

----- Imaginem que agora há mais visados, mais cidadão anónimos, mais Instituições que decidem seguir o mesmo caminho, terá a mesma postura a Comarca de Arganil, perante esse cidadão ou essa instituição, como teve com o Presidente da Câmara? -----

----- De facto a democracia também implica um jornal saber lidar com a diferença de opiniões e com a crítica a que todos estamos sujeitos, quer seja no campo político, jornalístico ou qualquer outro. -----

----- Deixo aqui ainda sobre este tema um desafio e devolvendo a provocação. -----

----- Não é tempo de pessoas com responsabilidades acrescidas a Instituições ou mesmo Órgãos de Comunicação Social colocar há frente dos seus interesses pessoais, o colectivo e os superiores interesses dos Arganilenses? -----

----- De facto eu assim gostaria e de facto a minha intervenção, que nada tem de pejorativo, tem então somente de procurar aqui ter alguma equidade na intervenção anterior. -----

----- Por último terminar e permitam-me que o faça. Deixar aqui uma palavra de apresso de gratidão muito sentida para com o Presidente da Junta de Arganil, João Travassos, que lembrando aqui a memória do meu saudoso avô que hoje faria noventa e sete anos, muito obrigado". -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado Fernando vale** para referir “Senhor Presidente da Assembleia, apenas dizer que na minha intervenção, eu fiz uma alusão ao Senhor Presidente da Câmara e o senhor respondeu por ele, mas eu julgo que o Senhor Presidente da Câmara terá



Assembleia Municipal

oportunidade de falar posteriormente, pelo que não sei se será adequado o Senhor vir a terreiro defender uma posição do Presidente da Câmara de Arganil, era só isso".-----

----- Explicou o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, "as minhas palavras foram esclarecedoras e fez uma interpretação que eu respeito e certamente irá ter oportunidade o Senhor Presidente da Câmara de esclarecer essas e outras questões aqui colocadas pela digníssima Assembleia"-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção registados, foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves** para proferir, "Muito obrigado Senhor Presidente, vou procurar ser sintético nesta minha intervenção procurando também responder a todas as questões que foram suscitadas.-----

----- Começava pela questão da petição dos comerciantes de Arganil que foi abordada pelos vários Senhores Deputados e dizer que estamos naturalmente disponíveis para analisar com profundidade aquilo que são as preocupações dos comerciantes e também as suas propostas relativamente a maximizar e otimizar aquilo que é a atratividade do centro de Arganil e também o desenvolvimento económico local.-----

----- Relativamente à questão suscitada pelo Senhor Deputado Eugénio Fróis, no que respeita à sinalética no Concelho, dizer-lhe que temos vindo a procurar resolver essa questão que é um problema que naturalmente reconhecemos, que existe, em parceria com as Freguesias.-----

----- Já foi possível fazer esse trabalho na Freguesia de Secarias, na Freguesia de Pombeiro da Beira, na Freguesia de São Martinho da Cortiça, hoje mesmo assinaremos um Contrato-programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, vamos trabalhar essa situação também relativamente ao Sarzedo, portanto queremos com as Freguesias procurar ultrapassar essas situações que subsistem de sinalética em más condições no Concelho.-----

----- Quanto à proposta que fez sobre o Piódão e as Minas da Panasqueira, nomeadamente a questão da Barroca Grande, devo também dizer desde logo que o Piódão tem um número muito superior de visitantes do que aquele que tem as Minas da Panasqueira e que aqui referiu. Portanto, haverá seguramente também muitos dos turistas que vêm ao Piódão que depois vão às Minas da Panasqueira, portanto não temos aqui uma situação unidirecional, temos uma situação bidirecional, mas naturalmente que são sempre importantes os contributos, no sentido de alargar a oferta e estabelecer mecanismos de parceria e de trabalho, em conjunto entre diferentes pontos de atratividade turística. Nessa perspectiva acolhemos naturalmente com bom grado a sugestão que hoje aqui nos trouxe.-----



Assembleia Municipal

*Handwritten signature in blue ink, possibly 'J. Simões', with a large blue checkmark or flourish to the right.*

----- Relativamente à matéria do Teatro Alves Coelho suscitada pelo Senhor Deputado António Simões, eu gostava de enquadrar a questão.-----

----- Foi celebrado em dois mil e oito um contrato de direito de superfície entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia de Arganil. Este contrato de direito de superfície válido por cinquenta anos, ou seja, até que haja qualquer decisão judicial em sentido contrário, é a Câmara Municipal que tem responsabilidades sobre o edifício, sendo por isso descabida qualquer acusação de violação da propriedade privada por parte da Santa Casa da Misericórdia.-----

----- Em segundo lugar, também dar conta de que aquilo que foi realizado, foram ensaios, sondagens e o levantamento estrutural do edifício do Teatro Alves Coelho, porque estas acções são absolutamente essenciais para a conclusão do projecto de execução. Estes trabalhos foram realizados pelo ITeCons, que é um conceituado Instituto que tem como fundador a Universidade de Coimbra e que nos dá todas as garantias de boa execução.-----

----- Em terceiro lugar, gostaria de dizer que estes trabalhos que agora foram executados, apenas visam cumprir o compromisso estabelecido com os Arganilenses e as decisões tomadas por unanimidade pelo Executivo Camarário, isto é, a elaboração do projecto de execução que como disse há pouco, necessitava destes dados e a própria empresa que está a desenvolver os projectos de especialidade, solicitou que fossem realizados estes ensaios e também naturalmente a conclusão do projecto de execução e o lançamento da empreitada para a obra.-----

----- Dar conta também aos Senhores Deputados Municipais que foi delimitada uma área de reabilitação urbana no centro de Arganil que tem em vista, a elaboração de um plano de acção para a regeneração urbana no qual, pretendemos candidatar a fundos europeus, a requalificação do Teatro Alves Coelho, a renovação do espaço público do centro de Arganil e também o financiamento para a recuperação de imóveis privados através de instrumento financeiro. Devo dar conta que o programa Centro 2020, apenas prevê financiamento para as sedes de Concelho que tenham área de reabilitação urbana delimitada.-----

----- Dizer também que teremos toda a disponibilidade para disponibilizar ao senhor e passo a expressão, ao Senhor Deputado António Simões, quer o programa de encargos, quer o concurso, quer a proposta apresentada pelo ITeCons, a fim de poder esclarecer outras dúvidas mais técnicas que aqui suscitou.-----

----- Quanto ao tema suscitado pelo Senhor Deputado Fernando Vale, relativamente à Comarca de Arganil, eu gostaria de dizer que na sequência da reunião da última Assembleia Municipal, bem como da visita de Markku Alen à exposição Arganil Capital do Rally, que tiveram um tratamento jornalístico por parte da Comarca de Arganil, este tratamento mereceu o mais veemente protesto e a mais



Assembleia Municipal

veemente indignação, porque se afastava do rigor jornalístico a que os órgãos de comunicação social estão obrigados a cumprir. -----

----- Nesse sentido foi feita uma participação à Entidade Reguladora da Comunicação porque contrariamente àquilo que alguns pretendem veicular, não há aqui nenhuma tentativa de silenciar um órgão de comunicação social, o que há é um exercício de um direito, que a democracia nos confere, de podermos participar de um órgão de comunicação social quando ele através da sua acção, pode ser suscetível de violação de direitos, liberdades e garantias, bem como de normas legais e regulamentares a que estão obrigados. Relativamente a esta matéria, aguardamos com natural serenidade o desenvolvimento de todo o processo e o veredito final da ERC, que como todos sabem, é uma entidade independente e que se pronuncia sobre estas matérias num direito inalienável e que a democracia nos confere, de podermos participar de acções que possam violar aquilo que são direitos, liberdades e garantias como há pouco disse. -----

----- Respondendo também ao Senhor Deputado Rodrigo Oliveira e quanto à questão do compromisso estabelecido entre a Junta de Freguesia e a Câmara é verdade, é a Rua da Lomba do Canho e a Rua do Vale Cabreira que serão pavimentadas ainda este ano. -----

----- Relativamente às questões relacionadas com a praia fluvial da Cascalheira, quanto àquilo que são as partes públicas nomeadamente, junto ao plano de água já existe um entendimento com a Junta de Freguesia relativamente à resolução desse problema, aliás tivemos ocasião de há poucos dias de visitar o espaço, eu e o Senhor Presidente da Junta. Relativamente à questão do Bar, estamos a trabalhar em conjunto com o concessionário no sentido de poder ultrapassar as questões que estão pendentes. -----

Sobre o assunto do CETA, tomei boa nota das suas preocupações, muitas delas já as conhecia, temos vindo a resolver alguns dos problemas suscitados, não estão ainda todos resolvidos, mas estamos a caminho de os resolver e dizer que o CETA tem uma função de apoio àquilo que é o desenvolvimento económico do Concelho e na nossa perspetiva, em conjunto com o Gabinete Arganil + Desenvolvimento Económico, queremos ajudar as empresas e temo-lo feito, na elaboração de candidaturas a fundos europeus, bem como na agilização no contacto com outros organismos públicos dos quais possam depender a sua actividade. Portanto reitero aqui aquilo que é a nossa estratégia e a nossa prioridade de continuar a desenvolver um ambiente favorável ao investimento no Concelho, nomeadamente em acções como aquela que temos vindo a promover, que é o empreendedorismo e o surgimento de boas ideias de negócio ao nível municipal e que depois tenham um apoio no sentido de poderem ser concretizadas. -----

----- Senhor Deputado António João Lopes, duas notas, uma tem a ver com o Plano Municipal de Emergência, ele é um plano que existe e que está distribuído por todos os agentes da protecção civil,



Assembleia Municipal

*Handwritten signature in blue ink, possibly 'João', with a long vertical line extending downwards.*

acolhemos com bom grado que possa ser dada mais alguma informação à população relativamente a como funciona o Plano Municipal de Emergência, mas dizer que até hoje, naquilo que foram necessidades de resposta imediata, sempre as entidades do seio da proteção civil, responderam com eficácia, prontidão e muita eficiência. -----

----- Dar nota de que as Aldeias Históricas de Portugal, são uma rede que foi criada há mais de vinte anos, de doze aldeias, de dez Concelhos do centro de Portugal na qual temos o Piódão e nada tem a ver com outras aldeias sobre as quais estamos em processo de delimitação de área de reabilitação urbana, como é o caso da Sanguinheda, aqui recordada pelo Senhor Deputado António João Lopes, mas também pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, dizer que estamos a trabalhar nesse sentido, para que estas aldeias possam vir a ter essa delimitação que permitirá que os proprietários de imóveis degradados, possam fazer obras de recuperação, com IVA à taxa reduzida de 6% bem como outros benefícios fiscais, nomeadamente isenção do IMI ou redução das taxas para 50% do valor normal. -----

----- Relativamente à questão do Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, sobre isto gostaria de dizer, que me parece, que há um discurso que é interpretado pelo Senhor Presidente da União de Freguesias, provavelmente alicerçado em algum complexo por não ter sido eleito para o lugar que está a exercer neste momento, de colocar persistentemente Arganil contra Coja. Esse problema foi um problema que este Executivo já resolveu e em nome da coesão territorial, eu julgo e já o disse várias vezes, que no nosso Concelho, o todo tem de ser sempre maior que a soma das partes e portanto não me parece que seja um caminho saudável continuarmos a querer reacender rivalidades do passado, quer na Assembleia Municipal, quer noutros fóruns. -----

----- Por outro lado, falando sobre a questão da instalação em Coja do Núcleo Museológico de Etnografia e quero aqui salientar, que as negociações que existiram foram somente entre mim próprio e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coja e também eleito em dois mil e treze, Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Eng.º João Oliveira e com mais ninguém, quero dar nota do seguinte. -----

----- A Câmara Municipal, entende descentralizar em conjunto de pontos culturais de atratividade e nesse sentido pretende também rentabilizar infraestruturas existentes. Por isso decidimos localizar em Arganil, na Casa Municipal da Cultura, o futuro Museu de Arqueologia e instalar em Coja um Núcleo Museológico de Etnografia do Concelho. -----

----- Nesse intuito, conversamos com o Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva de então, Eng.º João Oliveira e acertamos que a Câmara apoiaria a realização de pequenas obras através de contrato-programa, cumprimos e que a Junta de Freguesia / União de Freguesias, trataria de obter o consentimento da Fundação Bissaya Barreto, proprietária do imóvel para ser



Assembleia Municipal

celebrado contrato de comodato, entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia uma vez que a Câmara, sendo a responsável pela execução do projecto da instalação do Núcleo Museológico e Etnografia designadamente através do acervo existente e da criação de suportes comunicacionais, não poderia realizar este investimento sem que o edifício fosse sua propriedade ou que não lhes tivesse cedido em regime de direito de superfície ou de comodato. -----

----- Daí termos enviado ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, o actual Presidente, uma proposta de minuta de contrato, em que a Câmara assume alocar todos os recursos financeiros e logísticos necessários, para a instalação, assume todas as despesas decorrentes da gestão e manutenção do edifício. Foi por isso que ficamos perplexos com a resposta do Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, dando conta de que face à enorme profundidade sentimental dos Cojenses com a Casa da Criança de Coja, não poderiam aceitar esta nossa proposta. -----

----- Consequências desta posição: estávamos em condições de poder avançar com o procedimento de contratação pública, tendo em vista a instalação do Núcleo Museológico antes do verão e esta posição também coloca sérios riscos à instalação em Coja do Núcleo Museológico de Etnografia que muito lamentamos. -----

----- Sobre a questão da marginalização de Coja que o Senhor Presidente da União de Freguesias aqui trouxe, eu pergunto quando fala em marginalização, se estava a falar da construção do Centro Escolar de Coja, se estava a falar da construção das variantes Norte e Sul em Coja, se estava a falar ao apoio dos arranjos exteriores do Lar de Coja, se estava a falar nas pavimentações de vários quilómetros de estradas que realizamos em Coja, se estava a falar no apoio à instalação do piso sintético no parque de Jogos, Drº Armando Dinis Cosme, se estava a falar na construção do Prado ou do acesso ao Prado a partir da rua principal ou se estava a falar no apoio à construção da Casa Mortuária ou da construção do Centro BTT, ou no apoio à União de Freguesias para a realização de pequenas obras através de contratos-programa ou se estava a falar na realização de obras na sede da Filarmónica Pátria Nova que mereceu apoio da Câmara Municipal, ou se está a falar no apoio técnico que a Câmara Municipal está a dar à Casa do Povo para intervenção nas suas instalações, tendo em vista melhorar as condições da sala de espetáculos, ou se está a falar na contribuição financeira para a iluminação das variantes norte e sul. -----

----- Senhor Presidente não sei qual é a marginalização de que está a falar. Mas julgo que não será certamente aquela que eu acabei de referir. -----

----- Por último, também sobre a questão da DGAL eventualmente poder vir a retirar 30% das verbas do FEF, quero recordar aqui à Assembleia Municipal, que foi o Senhor Presidente da União de Freguesias que nos veio aqui anunciar de que tinha feito uma queixa ao Ministério Público



Assembleia Municipal

*Delm*  
*2*  
*10*

relativamente à instalação de umas placas toponímicas na vila de Coja, precisamente este acesso ao parque do Prado ao qual atribuímos o nome de Eng.º João Manuel Oliveira; pelos vistos fica claro que a DGAL tem o mesmo entendimento que a Câmara Municipal relativamente a essa matéria, porque se alguma ilegalidade foi cometida nesse processo, foi pela Junta de Freguesia que não colocou as placas como era sua obrigação e aquilo que a Câmara fez, não foi mais do que procurar o ressarcimento pela despesa que executou em substituição da Junta de Freguesia de uma competência, que era uma competência própria por parte da Junta de Freguesia. -----

----- Associar-me às palavras do Senhor Presidente da Junta de Arganil, relativamente aos votos de pesar e aproveitamento aqui para me associar também ao voto de pesar que o Senhor Deputado Municipal Luís Gomes aqui propôs, relativamente a José Augusto Alves Moreira que foi Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, funcionário da Câmara Municipal e lamentamos muito a sua partida, tal como a de Francisco Dinis de Campos e aqui aproveitamento para ter uma palavra especial para com o nosso Deputado Municipal Luís Almeida, uma vez que Francisco Dinis de Campos era seu avô para além de ter sido um grande regionalista e uma pessoa que muito amou a sua terra e o seu Concelho. -----

----- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça abordou aqui um tema muito importante, que é o tema da desertificação e o tema da criação de emprego como forma de travar o processo de desertificação. -----

----- É para nós uma prioridade como há pouco também referi, a criação de um ambiente favorável ao investimento e é por isso que medidas como aquela que trazemos hoje aqui, da aprovação de um pacote de incentivos tendo em vista o investimento Programa Arganil Investe Mais é para nós muito importante e julgo que são passos fundamentais num caminho de procurar atrair cada vez mais empresas no Concelho, consolidando também o tecido económico existente. -----

----- Eram estas as notas que gostaria de dar Senhor Presidente, muito obrigado”. -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura**, para dizer, “antes que fique alguma dúvida, quero esclarecer que a DGAL não aceitou o pedido da Câmara Municipal na retenção do FEF apesar dessa tentativa, o processo está a decorrer e a DGAL não deu provimento ao pedido da Câmara Municipal. -----

----- Também ao mesmo tempo, agradecer a exaustiva relação de trabalhos do cumprimento das obrigações do Município em relação à Freguesia de Coja, porque como todos sabemos, a Freguesia de Coja faz parte do Concelho de Arganil e existe uma obrigação municipal da partilha dos seus recursos por todo o município e tal como o Senhor Presidente teve o cuidado de fazer esta relação que eu acho muito interessante, a sua capacidade de memória, acho que também seria importante



Assembleia Municipal

que o fizesse em relação a outras freguesias e terei o cuidado de mais à frente, demonstrar que esta partilha não é assim tão equitativa como pretende demonstrar.-----

----- Em relação à Casa do Povo, também quero que fique claro que a Câmara Municipal nunca participou como tem feito com outras colectividades no Concelho, é das únicas associações que não recebe qualquer incentivo da Câmara Municipal e aquilo que o Senhor Presidente da Câmara proferir sobre a questão do apoio, é um apoio subjectivo, político, mas inconsequente, muito obrigado".-----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António João Lopes** para dizer, "é uma intervenção muito curta, apenas dizer que foi feito um abaixo-assinado na população de Mancelavisa, para se tentar melhorar o caminho que liga Mancelavisa a Arganil, dado que isso já foi referido várias vezes nesta Assembleia, mas actualmente o caminho são cerca de nove quilómetros pela melhoria de um estradão que vem directamente para Arganil, passariam a ser cerca de quatro quilómetros.-----

----- Queria dizer ao Senhor Deputado Luís Almeida que na acta da última sessão, perguntou-me se as opiniões que eu tenho são minhas ou são dos outros.-----

----- Caro amigo, eu trabalho em colectivo, tudo o que aprendi na vida foi a partir dos meus concidadãos e agora procuro fazer alguma coisa reunindo com todos, por isso propus também que o Senhor aparecesse para podermos alargar estes conhecimentos.-----

----- Quanto aos operários que o Município tem denominados ocupacionais, gostaria de saber quantos são e em que condições funcionam normalmente.-----

----- Logo à tarde serão distribuídas verbas a determinadas colectividades, eu procurei no site do Município, não encontrei mas é possível que lá esteja, gostaria que me dissessem onde é que está o regulamento e onde é que foi publicada dado que há este conflito com a Comarca se calhar foi publicado nos Jornais de Coimbra como já têm aparecido de outros municípios, onde é que foram publicados em anos anteriores, as colectividades que recebem subsídios e o seu valor de acordo com a legislação que existe, obrigado".-----

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Ribeiro** que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para de seguida referir "quero agradecer ao Deputado António João Lopes pela preocupação que ele teve em visitar a Freguesia de Folques, a aldeia de Mancelavisa.-----  
Dizer-lhe a ele e a todos os presentes ou a qualquer força política que queira visitar a Freguesia de Folques, que nós Junta de Freguesia estamos sempre abertos para receber todas as pessoas.-----



Assembleia Municipal

*[Handwritten signature in blue ink]*

----- Não posso deixar de ver a preocupação do Senhor Deputado ao ver aquele troço de estrada alcatroado, mas quero dizer que para nós Junta de Freguesia e para mim como Presidente de Junta, é prioritária a estrada aqui na Zona do Morão, pois é a zona onde as pessoas e não só da Freguesia de Folques mas de todas as Freguesias da zona da serra passam e isso para mim, e tenho falado em todas as reuniões, é uma das obras prioritárias, neste momento para a Freguesia de Folques embora sendo na Freguesia de Arganil.-----

----- Também está pedido e andamos a lutar por isto há vários anos, é a ligação entre a estrada do Alqueve e a Mancelavisa, isto sim é também uma das estradas e está prometido para este ano, a intervenção. É estes tipos de obras que nós como Freguesia necessitamos, as prioritárias, onde as pessoas passam todos os dias.-----

----- Não posso deixar mais uma vez de agradecer a preocupação, mas dizer que temos outras coisas na Freguesia que são mais necessárias, não podemos nós e já um troço da estrada que está entre a Mancelavisa e o Posto de Transformação foi alcatroado, foi uma contrapartida que nós Junta de Freguesia pedimos à empresa que fez lá o Posto de Transformação e dizer que sim senhor agradecemos a preocupação, fui apanhado de surpresa e dizer que são estas obras que nós precisamos para a Freguesia de Folques, é a estrada da Mancelavisa e a estrada principal do Alqueve e aqui na Freguesia de Arganil, aqui esta zona do Morão, aí sim é onde todas as pessoas da Freguesia passam todos os dias, muito obrigado".-----

----- Referiu o **Presidente da Assembleia Municipal**, "a sua intervenção suscitou-me duas questões, uma já tinha sido referida pelo Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, efectivamente também uma das conquistas de Abril foi o Poder Autárquico, da forma como o conhecemos, com a sua representatividade pelos eleitos locais e também pela obra desenvolvida ao longo destes anos que é meritório.-----

----- Por outro lado também não podia deixar de referir duas notas do Senhor Presidente de Folques que é a questão de receber todas as forças políticas que o queiram e dar os seus aportes e por outro lado uma coisa imprescindível e que nós muitas vezes nos esquecemos com frequência, definir prioridades. Não somos um país rico, somos um país com riqueza sobretudo das pessoas, mas os recursos são poucos e o maior desafio que se coloca a um autarca é precisamente distinguir aquilo que é prioritário em relação às necessidades da população".-----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Fernanda Maria Dias** que referiu "o motivo de eu ter pedido a palavra prende-se somente com este pequeno folheto que está convosco, que está distribuído pelas secretárias para o qual gostaria de chamar a vossa atenção.-----



Assembleia Municipal

----- É da CPCJ que se trata, é dos direitos das crianças, é da forma como elas interagem na sociedade e com as suas famílias e nunca é demais focalizar efectivamente este importante procedimento. -----

----- A CPCJ está a fazer um trabalho muito importante ao nível nacional e naturalmente ao nível local do qual somos responsáveis todos e é importante efectivamente ler alguns alertas que este pequeno folheto, simpático mas muito muito simbólico nos transmite, nomeadamente no momento em que somos confrontados com notícias de maus tratos e de situações graves que se passam nas famílias e nas crianças. Devemos todos estar atentos e dar o nosso alerta e fazer aquilo que podermos no âmbito da nossa esfera de acção. Somente isto e muito obrigado”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Pereira Alves**, para fazer alguns esclarecimentos. -----

----- “Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado António João Lopes, os subsídios atribuídos pela Câmara Municipal são normalmente publicados no boletim municipal. -----

----- Quanto à questão da ligação à Mancelavisa, de facto recebemos uma petição da qual o Senhor Deputado António João Lopes é responsável juntamente com um conjunto de subscrições de apelo para a Câmara Municipal pavimentar a ligação desde a Mancelavisa até Arganil, no troço que ainda se encontra em terra. Ora como o Senhor Presidente da Junta de Folques e bem referiu, carece de maior prioridade, uma vez que é a rua principal de acesso à aldeia de Mancelavisa, o alcatroamento do ramal desde a estrada municipal que nos conduz ao Alqueve até Mancelavisa e é isso que está previsto no nosso plano de intervenções ainda este ano de dois mil e dezasseis. -----

----- Relativamente à questão do Mourão, é nossa principal prioridade em termos de pavimentações e integrará uma empreitada que estamos a preparar para lançar o mais brevemente possível, muito obrigado Senhor Presidente”. -----

----- Esclareceu o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, que o ponto quatro do Período antes da Ordem do Dia passaria para o Período da Ordem do Dia, uma vez que carece de votação, passando assim a ser o ponto número um da Ordem do Dia. -----

----- “Todas as criações humanas, nomeadamente a língua sofrem a evolução e vão-se coadunando às necessidades de expressão e da comunicação das pessoas. No entanto pressupõe-se que haja alguma correspondência entre aquilo que é a linguagem falada e a linguagem escrita e nessa medida penso que há alguns constrangimentos e alguns equívocos que se têm passado, nomeadamente aquele que foi relatado no incidente que houve aqui com uma acta e que motivou esta moção. ----- Vou dar a palavra ao seu proponente, o Deputado Eugénio Fróis”. -----



Assembleia Municipal

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## ORDEM DO DIA

### 1) **Apreciação e votação da Moção: Em defesa da Língua Portuguesa. Contra o Acordo Ortográfico de 1990.**

Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, que começou por fazer todos esclarecimentos necessários.

“Como os Senhores Deputados bem sabem, esta proposta resultou de um desafio do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que perante a minha expressão o referiu, mas Senhor Deputado, porque não apresenta uma proposta, tem cabimento.

Nesse sentido, eu achei que era oportuno, aceitei o desafio e penso não ser necessário ler a proposta, na medida em que a mesma foi presente aos Senhores Deputados e dela têm conhecimento.

Eu farei uma pequena nota introdutória e depois permitam-me eu leia o resultado do meu trabalho, que eu fiz com tanto gosto.

Este trabalho, eu procurei faze-lo despindo-me das minhas convicções, utilizando um pouco o método cartesiano, deixando as minhas próprias ideias de lado, no sentido de poder beber mais genuinamente a informação que há sobre o acordo ortográfico.

A Internet está plena de informação sobre o tema, qualquer um de vós faria um trabalho diferente, eu faço esta proposta hoje em Abril, no pleno direito da minha cidadania e com esse fim, com esse objectivo na convicção que todos temos, que a língua portuguesa tem um problema sério, que é este, que há necessidade de tomar posição e como disse foi um trabalho que me deu bastante prazer.

Pessoa dizia que a nossa pátria é a língua portuguesa, eu não sei dizer isto melhor nem sequer me atrevo, mas perante esta grandeza deste problema, temos que lhe dar a melhor da nossa atenção.

Eu procurei junto de documentos de entidades que deveriam escrever com o acordo, incorrecções encontrei várias, li actas do Município de Arganil, li actas do Município de Coimbra, li actas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da CIM Região de Coimbra, anotei tudo numa agenda e cheguei ao fim e deitei para o caixote do lixo porque considerei deselegante estar a referir estas instituições e o trabalho sério que tantas vezes é feito e em condições tão precárias e pensei que aquilo não deveria trazer e partilhar convosco.



Assembleia Municipal

Ainda assim há coisas que eu tenho que partilhar e para que alguns que conheçam menos bem fiquem a saber, O Público que é um jornal de referência, nunca adoptou o acordo e escreve perfeitamente sem o acordo, sem nenhum constrangimento.-----  
Eu escolhi a edição de segunda-feira, onze de Abril porquê? Porque relata a tomada de posse do novo Ministro da Cultura que aqui ficou efectivamente sem qualquer respeito, sem qualquer concordância com o acordo.-----

Também me deu muito prazer, encontrar e partilhar hoje convosco um livro do senhor professor de direito, o embaixador Carlos Fernandes, especialista em problemas, em desacordos internacionais ou em acordos internacionais, onde ele faz a análise do acordo ortográfico concluindo o título do livro, o acordo ortográfico de mil novecentos e noventa não está em vigor. -----

É um trabalho notável, quando eu o comprei e fui à procura dele com gosto de o partilhar aqui hoje, este livro tinha dois dias de escaparate, é uma publicação de Abril de dois mil e dezasseis. Dizer-vos ainda que isto é um processo dinâmico, novo, não é uma questão de posicionamento político, longe disso, é uma questão de sensibilidade e de predisposição própria, de alguma forma de cultura e hoje mesmo antes de vir, vi uma informação da Casa Civil do Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa que se expressou relativamente ao contentamento dele perante uma escola de música não respeitando o acordo. -----

Bons amigos, é este agrado, foi este empenho, foi este gosto que eu fiz na realização do trabalho que tomo a liberdade de vos ler e que está na origem desta minha intervenção.-----

*“Em defesa da língua portuguesa – Contra o Acordo Ortográfico de mil novecentos e noventa”*

----- Durante tempo demais vivi alheado da discussão relativa ao Acordo Ortográfico, considerando tal como a generalidade dos portugueses, que estávamos perante um problema cuja solução não me dizia directamente respeito, ela caberia em último lugar ao governo e em particular aos responsáveis pela cultura. -----

----- O Acordo Ortográfico não é necessariamente uma decisão técnica sobre a melhor forma de escrever Português, não constitui uma adaptação da língua escrita à língua falada, não é uma melhoria, não é um instrumento de cultura e de criação, é efectivamente uma decisão política e como tal deve ser tratado. -----

----- No tempo presente, eu como a generalidade dos senhores Deputados, constato, nomeadamente nas redes sociais, os inúmeros atropelos e maus tratos que a língua portuguesa é sujeita, tendo em minha opinião o AO/90 contribuído não para uma harmonização mas pelo contrário para uma descaracterização da língua portuguesa. -----



Assembleia Municipal

— Um dos requisitos para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico impunha a obrigatoriedade da ratificação por todos os estados membros da (CPLP) Contudo, os ritmos de aplicação do Acordo Ortográfico são, muito variáveis entre os vários países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como assinalou Marisa Guião de Mendonça, diretora-executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) em entrevista à agência Lusa em Janeiro de 2016. —

— De acordo com a responsável, o Acordo já tem o processo de implementação "finalizado" em Portugal, onde entrou em vigor a 13 de maio de 2015, apesar da oposição de grupos da sociedade civil, e "está a ser aplicado no Brasil, sendo a sua aplicação também "absolutamente pacífica" em São Tomé e Príncipe. Distinta é a situação de Angola, onde o Acordo Ortográfico não foi "autorizado a nenhum nível governamental". —

— Em Cabo Verde, que tornou a norma obrigatória a 01 de outubro de 2015, considerando que a sua aplicação vai passar pelas "necessárias" ações de esclarecimento sobre a nova grafia. —

— Moçambique aguarda ratificação pelo parlamento, estando o processo ainda atrasado, ainda segundo a referida responsável o acordo não é uma prioridade na Guiné- Bissau, o mesmo se podendo dizer relativamente a Timor – Leste —

— Segundo a responsável do IILP, a situação de "muita instabilidade política" na Guiné-Bissau faz com que a aplicação do Acordo naquele país dificilmente seja uma prioridade e, em Timor-Leste, "a difusão, o uso e a implantação da língua portuguesa" têm primazia face à aplicação da nova norma.

#### Motivações Económicas:

— Isabel Pires de Lima, Professora Catedrática da Universidade do Porto, Ex-responsável pela Cultura deste País em entrevista ao Diário de Noticias em 16 de Janeiro de 2013, de entre outras afirmações retirei as seguintes que cito: —

— "Confesso que sempre achei o Acordo de escassa utilidade para o futuro da língua portuguesa e para Portugal e de alguma utilidade de ordem económica para o Brasil, que olhava gulosamente para o mercado editorial africano de língua portuguesa. —

— Os PALOP trocaram as voltas ao Brasil ao não adotarem o Acordo, motivo suficiente para este o deixar cair, confirmando assim as motivações meramente economicistas que o moviam." —

— Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados; ao longo dos anos muitas têm havido muitas e variadas as ações contrárias à implementação do Acordo/90, apenas dois exemplos: —

— Em 26/04 /2013 Petição Contra O acordo Ortográfico/90 subscrita por mais de 25000 portugueses e entregue à Senhora Presidente da Assembleia da República Dra. Assunção Esteves.

— Segundo exemplo "Acção Judicial Popular apresentada em 17/11/2014 tendo sido subscrita mais de uma centena de personalidades de diferentes áreas incluindo académicos, escritores, músicos,



Assembleia Municipal

actores e políticos de vários quadrantes – apresentada, no Supremo Tribunal Administrativo, contra a aplicação do Acordo Ortográfico de 1990. -----

----- A Acção Judicial foi patrocinada por Francisco Rodrigues Rocha, docente da Faculdade de Direito da Universidade Lisboa, e a respectiva fundamentação foi preparada a partir de pareceres jurídicos de Ivo Miguel Barroso, docente da mesma faculdade, e de Fernando Paulo Baptista, filólogo. Entre outros, são subscritores de documento: -----

----- Manuel Alegre, Diogo Freitas do Amaral, António Arnaut, António Bagão Félix e Isabel Pires de Lima, José Pacheco Pereira, Miguel Sousa Tavares, os músicos António Victorino d'Almeida, João Braga, Pedro Abrunhosa, Pedro Barroso ou Rão Kyao. -----

----- Levantaram ainda a sua voz contra o acordo literário os seguintes escritores: ----- Joaquim Pessoa e Teolinda Gersão, Vasco Graça Moura, Afonso Romano de Sant, Ana (escritor brasileiro) Manuela Bacelar, Margarida Correia. -----

----- Também Adriano Moreira, Manuela Ferreira Leite, Lobo Xavier e o Ministro dos Negócios estrangeiros Augusto Santos Silva estão contra o Acordo /90 -----

----- O ex ministro da Cultura João Soares num texto publicado após o seu abandono recente do Ministério da Cultura, esclarece a sua saída ignorando o Acordo Ortográfico/90. -----

----- Senhor Presidente Senhoras e senhores Deputados: O Acordo Ortográfico de 1990 Não está em vigor. -----

----- Este é o título de um livro de publicação recente do Embaixador Carlos Fernandes licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa com distinção e louvor com a tese Da Natureza e Função das normas de conflito de Leis. -----

----- Cito “Este livro demonstra, em três textos lapidares, que a ortografia em vigor em Portugal é a de 1945. Em primeiro lugar, por não ter sido juridicamente revogado, em segundo lugar, porque o processo de entrada em vigor do AO de 1990, não tendo o Governo cumprido os passos processuais que a sua aprovação implicava, é como se legalmente não existisse. -----

----- São três estudos que, em vez de serem análises frias ou mornas, são bem quentes, isto é, propositadamente provocadoras de discussão real, invectivando os adversários a vir à luta sabática, linguística e jurídica, a fim de clarificar, quanto antes e definitivamente, uma situação em que se está abusivamente mutilando a língua portuguesa” -----

----- Para terminar: Penso que a eventual aprovação de um voto contra este acordo Ortográfico, por parte da Assembleia Municipal de Arganil a verificar-se, constituiria um sinal de clarificação, uniformização e dignificação da Língua Portuguesa” -----

----- Assim e depois deste contributo para a clarificação do Acordo /90 Proponho, ao digníssimo Presidente da Assembleia Municipal, a votação da proposta já apresentada para votação visando



Assembleia Municipal

*John P.*

fazer chegar ao Sr. Ministro da Cultura, se esse for o vosso entendimento, uma posição de discordância do Município de Arganil relativa a este acordo ortográfico, expressando ainda o desejo que o mesmo venha a ser revogado. -----

Pediu a palavra a **Senhora Deputada Fernanda Maria Dias**, para referir " exercendo o meu direito de cidadania, quero-lhe dizer Dr.º Fróis que não podia estar mais de acordo com esta proposta, com esta petição que ora aqui foi apresentada e tão bem caracterizada e a irei subscrever com todo o orgulho. -----

A minha base matricial profissional é o ensino, sou professora de Português / Francês e nunca deixei de escrever da forma como aprendi na escola e como espero escrever a vida inteira. -----

Também sou funcionária da administração pública, tenho passado os pingos da chuva, mas tenho sempre escrito desta forma, eu sei e todos nós sabemos, que a língua é um organismo vivo, obviamente sujeito a alterações, mas isto não são alterações, é a descaracterização total daquilo que é a língua portuguesa, é a adulteração daquilo que é a nossa língua e é também a perda da identificação da nossa língua. -----

Quem tiver que se adaptar, que se adapte a ela, não somos nós que somos hegemónicos na língua portuguesa, que temos que nos adaptar, se me permitem ao que quer que seja. -----

É com muito agrada e com muito orgulho que vejo isto aqui nesta Assembleia hoje num dia também tão carismático, que é o dia Vinte Cinco de Abril, obrigada". -----

Usou da palavra o **Senhor Deputado António Lopes**, para dizer " a minha posição é a favor do acordo, nós se queremos uma língua internacional e universal, não podemos permitir que o Brasil tenha o Português do Brasil, Cabo Verde tenha o Crioulo, Moçambique começa a falar inglês. Por isso eu proponho que aceitemos este acordo, pode não ser bom mas daqui a quatro ou cinco anos podemos fazer outro ou daqui a cinquenta anos e a língua portuguesa teve muitos acordos. -----  
Se pegarmos num livro de Eça de Queiroz ou muito mais recente, de Aquilino Ribeiro, já eles escreveram de outra forma. Toda a gente se lembra da Farmácia com PH, eu acho que devíamos deixar de fora esses individualismos e há duzentos milhões de pessoas no Brasil a falarem o português, se pegarmos agora no computador, vem lá português do Brasil, português de Portugal, isto dentro de qualquer meia dúzia de anos são duas línguas, por isso eu proponho que se aceite o acordo e que se vá andando todos juntos, Brasileiros, Angolanos, Moçambicanos, Timorenses, Cabos Verdianos e Portugueses deste Continente Europeu, obrigado" -----



## Assembleia Municipal

Pedi a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Frois** para dizer “de uma forma muito breve, tenho de agradecer e partilhar com a exposição apresentada pela Senhora Deputada que com grande lucidez, franqueza e vindo de uma professora é um motivo de contentamento. Expressa, reforça aquilo que eu penso sobre esta matéria e enriquece o debate. -----

Relativamente à intervenção do Deputado João Lopes, não posso estar de acordo, a intervenção penso que tem o efeito contrário, é este novo acordo que provoca este desfasamento e que haja aquilo que é cada um começar a falar de sua forma. -----

O que diz o professor Carlos Fernandes, não sou eu, é que o acordo ortográfico que aconteceu legalmente em mil novecentos e quarenta e cinco, não foi revogado e portanto havia uma uniformização que isto agora sim, de uma forma abusiva põe em causa. -----

Ele diz, nomeadamente o professor Carlos Fernandes que uma resolução do Conselho de Ministros, que foi o que aconteceu, nunca põe em causa um decreto de lei ou uma lei da Assembleia da República e por conseguinte, o acordo está em vigor, é a conclusão que eu subscrevo, embora como todos nós, respeitando as posições de toda a gente como é nosso apanágio, muito obrigado”.

----- Não havendo mais pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação o ponto número um, tendo sido aprovado pela maioria com duas abstenções dos Senhores Deputados, Luís Moura e do Deputado Armando Nascimento e um voto contra, do Senhor Deputado António João Lopes. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

### 2) **Apreciação e votação da Revisão Orçamental nº1/2016.**-----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Vice Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa**, para proferir, “Começo por cumprimentar formalmente na pessoa do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal todos os presentes. -----

O meu objectivo nesta apresentação fazer uma apreciação tão sintética quanto possível relativamente aos principais aspectos de natureza económica e financeira que estão relacionados com a prestação de contas. -----

----- Como terão percebido pelos documentos que foram distribuídos, no capítulo da certificação de contas, foi emitida a respectiva certificação legal de contas, é mantida a reserva relacionada com a



Assembleia Municipal

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

avaliação do imobilizado. Como sabem e tem sido esta a explicação que tem sido transmitida em anteriores momentos de prestação de contas, há um conjunto de bens de imobilizado relativamente aos quais não foi possível concretizar as respectivas avaliações, porque se trata de matéria muito extensa e muito complexa como é o caso das redes de abastecimento de água, das redes de saneamento, de estradas em terra batida em que formalmente há necessidade de proceder à respectiva avaliação e essa avaliação objectivamente ainda não está concretizada. -----

É também considerada uma enfase relacionada com uma correcção de especializações de proveitos referentes ao imposto municipal sobre imóveis reportado ao exercício de dois mil e catorze. -----

----- No que tem a ver com ou indicador fundamental e é fundamental porque absorve por um lado um conjunto de meios financeiros significativo e ao mesmo tempo também é com este indicador, com esta massa que é possível cumprir as atribuições do Município e estou a referir-me à questão dos recursos humanos. A evolução está devidamente transporta nos documentos, particularmente no relatório de gestão, mas vale a pena sublinhar que por um lado, por via das saídas por aposentação e por outro lado, como consequência das restrições que sucessivamente têm vindo a ser impostas aos Municípios em matéria de contratação de pessoal, temos nos últimos dez anos um registo de redução da contagem de trabalhadores e vale a pena reportar ao ano de dois mil e cinco, foi o ano no Município que registou um pico no número de trabalhadores, não há registo histórico de um número tão grande de número de trabalhadores, passo o plionágimo, fechamos o ano de dois mil e quinze com cento e oitenta e quatro trabalhadores.-----

----- Referir também no que tem a ver com outro indicador importante, que é o indicador do absentismo, em dois mil e quinze registaram-se seis mil e sete ausências, sendo que 54,9% estão relacionadas com doença. Há aqui uma outra situação que são curiosas aparentemente e quero fazer este sublinhado, que tem a ver com o facto dos trabalhadores do regime convergente da Caixa geral de aposentações que são 67% do total dos colaboradores do Município, serem responsáveis por quase 94,% das faltas por doença, isto certamente está relacionado com o facto das pessoas que estão no regime convergente da Caixa Geral de Aposentações serem em regra geral, trabalhadores com mais idade e portanto aqui haver também maior propensão para a doença. Tudo isto considerado fechamos o ano de dois mil e quinze com cerca de 15%de taxa de absentismo, o que em termos médios corresponde a termos permanentemente ausentes vinte sete trabalhadores. -----

Esta taxa de absentismo, este indicador como também puderam perceber, registou um comportamento crescente do ano de dois mil e catorze para dois mil e quinze, mas em relação a esta evolução, valerá a pena perceber quais foram os principais contributos para esta evolução de aumento da taxa de absentismo, sendo que destes contributos, alguns são positivos ou pelo menos um é positivo e os outros nem por isso. O positivo, como é compreensível por todos, aliás vem



Assembleia Municipal

também ao encontro de várias intervenções que já tiveram lugar nesta Assembleia Municipal, é o que decorre da parentalidade de ausência, por licenças de parentalidade.-----

----- Aqui vale a pena sublinhar que em dois mil e catorze tivemos uma taxa de absentismo derivada de parentalidade ou por licenças de parentalidade de 17%, esta taxa em dois mil e quinze foi de quase de 1% e portanto aqui é uma das razões positivas para este aumento da taxa de absentismo.

----- A outra razão que pesa muito e referi há pouco, é a questão da doença e aqui é algo que apesar de um aumento de 1% de dois mil e catorze para dois mil e quinze, mas é um aspecto que não é positivo e há também um outro contributo que nós entendemos, do ponto de vista do princípio que nem deveria ser considerado como contributo para o absentismo mas que formalmente é entendido como tal, que tem a ver com os descansos compensatórios. Como sabem os descansos compensatórios são uma obrigatoriedade formal, nem deveriam ser relevados como absentismo mas formalmente existe este tratamento.-----

----- Porque às vezes e particularmente de algumas trocas de impressões ou opiniões com algumas pessoas, ficamos com a percepção que são pormenores, aquilo que agora vou referir, que tem a ver com algumas atipicidades que são impostas pela Administração Central aos Municípios e tem a ver no fundo com aquilo que são as obrigações decorrentes da contratação de pessoal, portanto como sabem o regime do sector privado, o regime da segurança social, é o regime geral em que as empresas e as entidades em geral são chamadas a contribuir para a segurança social com 23,75% sobre massa remuneratória e os trabalhadores com 11%, isto é aquilo que é aplicável à maior empresa do distrito, que tem cerca de trinta milhões de euros de resultado líquido positivo ou teve em dois mil e catorze e temos depois aquilo que é imposto, neste caso à administração local em que são precisamente as mesmas taxas contributivas quer seja no regime da Caixa Geral de Aposentações em que aqui também a entidade empregadora contribui com 23,75% e o trabalhador com 11%. -----

----- Quer no sector privado, quer no sector público no que tem a ver com o regime da segurança social é exactamente a mesma situação. No regime convergente da Caixa Geral de Aposentações, actualmente verifica-se exactamente o mesmo esforço contributivo 34,75% que é o cômputo da contribuição da entidade empregadora, de 23,75% acrescido dos 11% que são o contributo do trabalhador. -----

----- Aquilo que vale a pena percebermos é que o esforço que é exigido nesta matéria contributiva relativamente a uma entidade como o Município, como uma Junta de Freguesia é actualmente e exactamente o mesmo esforço que é exigida à maior empresa do país que tem um escolpro lucrativo e aqui coloca-se desde logo a questão de saber se é justo ou não é justo. -----

----- Se a justiça ficasse neste termo comparativo para os Municípios em geral, nem seria aqui o aspecto mais penalizador. O mais penalizador e aqui é que às vezes nos apercebemos que à



Assembleia Municipal

*John* *R*  
*[Signature]*

informação que não é tão bem perceptível pela generalidade das pessoas, tem a ver com tudo aquilo que acresce a este esforço contributivo, porque por exemplo ou em concreto, em relação aos trabalhadores que estão enquadrados no regime convergente da Caixa Geral de Aposentações, para além da mesma contribuição que acabei de referir há pouco, tudo aquilo que são eventualidades de abono de família, de doença, de parentalidade, de pensões, de gravidez de risco, interrupção de gravidez, assistência a filhos menores, tudo isto são despesas que são suportadas directamente pelos Municípios. Se há um trabalhador que está doente, o Município continua a pagar-lhe o vencimento, há a dupla penalização de haver um contributo para a caixa geral de aposentações com aquela grandeza que referi há pouco e ao mesmo tempo, ser o Município que tem que suportar estas eventualidades. -----

----- Acrescer a isto tudo, quer em relação aos trabalhadores do regime de segurança social, quer em relação aos trabalhadores da Caixa geral de aposentações, os Municípios são ainda chamados também a contribuir em encargos com saúde dos respectivos trabalhadores e que no Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis, este contributo foi fixado em 31,22% do custo per-capita do Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Por último e não menos importante, também lembrar que a articulação que existe com a ADSE implica que todas as despesas de saúde que transitam ou que passam pela ADSE, quer seja no regime livre, quer seja no regime convencionado, todas estas despesas são transportadas para o Município que tem que as suportar, quer seja nos pagamentos que faz à ADSE quer seja nas participações que atribuiu aos respectivos trabalhadores, vale a pena sublinhar que o regime em matéria de assistência social que é imposto aos Municípios é muito mais penalizador do que o regime que é pedido às entidades empresariais que tem escopro lucrativo. -----

----- Passando em concreto para a situação financeira, apenas apresentar-vos alguns indicadores, nomeadamente referir a questão da execução orçamental e referir e sublinhar que a receita foi executada em 76,38%, a despesa em 68,12%, portanto execuções que são bastante positivas, particularmente e tendo em consideração a conjuntura com que os Municípios Portugueses se têm confrontado que nesta matéria é uma conjuntura difícil tal como é difícil para a generalidade dos cidadãos. Há um indicador que é importante, que tem a ver com as transferências que são obtidas por via do Orçamento de Estado, o valor atribuído em dois mil e quinze é sensivelmente o mesmo que o valor que tinha sido atribuído há dez anos, em dois mil e cinco, cerca de cinco milhões, novecentos e oitenta mil euros, mas ao mesmo tempo em que não ouve uma evolução positiva nestas transferências por via do Orçamento de Estado, ao mesmo tempo há aqui um conjunto de factores supervenientes que também vieram prejudicar a situação financeira dos Municípios Portugueses. Refiro-me à questão do Iva sobre a electricidade em que ouve um aumento muito significativo uma vez



## Assembleia Municipal

que o IVA que era suportado sobre a electricidade era de 6% e passou para 23%, o IVA sobre as refeições escolares que passou de 12% para 23%, as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações que em dois mil e cinco eram de 10% e em dois mil e catorze foram fixadas em 23,75% e também as contribuições para a Segurança Social que até dois mil e onze eram de 20,6% e que são actualmente como referi há pouco, de 23,75%. Se considerarmos este pacote fiscal que é suportado pelo Município, podemos concluir pelas simulações que foram efectuadas que houve uma perda de capacidade de intervenção na ordem de meio milhão de euros por ano. -----

----- Ao mesmo tempo, temos alguns programas da Administração Central, como é o programa da generalização das refeições escolares em que objectivamente há um financiamento dos Municípios ao Estado uma vez e é o estado concreto do Município de Arganil, que por um lado suportamos um IVA que está actualmente em 23% e no caso de Arganil implicou que em dois mil e quinze tenham sido suportados vinte quatro mil euros de IVA relacionado com as refeições escolares e depois é obtida uma comparticipação no âmbito deste programa de generalização das refeições de quatro mil e trezentos euros, portanto considerando aquilo que é comparticipação e aquilo que é o contributo do Município, podemos concluir que nesta matéria, com este programa de generalização das refeições escolares, o Estado Central, obtém um financiamento do Município de Arganil na ordem dos vinte mil euros. -----

----- Um outro aspecto que é particularmente pertinente naquilo que tem a ver com a capacidade de intervenção do Município, decorre das parcerias estabelecidas com as Juntas de Freguesia, como sabem estas parcerias foram significativamente intensificadas, nomeadamente com a dotação de meios financeiros e outros, como é o caso do pessoal e atingiram o valor na ordem de novecentos e vinte mil euros, os apoios para as Juntas de Freguesia atribuídos no ano de dois mil e quinze. -----

----- No relatório de gestão que foi distribuído, é feita a evidência do cumprimento legal estabelecido na Lei do Orçamento de Estado para dois mil e quinze, relacionado com o limite à despesa com o pessoal e que se conclui que esta regra foi cumprida, tal como também é feita a demonstração do cumprimento da obrigatoriedade legal relacionada com o equilíbrio orçamental que estabelece que a receita corrente bruta tem que cobrir pelo menos aquilo que decorre das despesas correntes acrescidas de amortizações de empréstimos de médio e longo prazo. Também nesta matéria se verificou o cumprimento, aquilo que é estabelecido na lei. -----

----- Uma outra verificação legal e tem demonstrado, tem a ver com a utilização do Fundo Social Municipal que como fica demonstrado também no relatório de gestão não é sequer suficiente para cobrir aquilo que tem a ver com as despesas decorrentes da área da educação em que de facto, considerando aquilo que são despesas suportadas, as comparticipações do Estado, os protocolos e



Assembleia Municipal

*John R.*  
*[Handwritten signature]*

aquilo que são os contributos da família, implica que o Município para esta área, ainda faça a locação de cerca de duzentos e dez mil euros de recursos próprios.-----

----- Vale também a pena referir porque é um indicador de gestão de salutar, que as despesas correntes têm um comportamento inferior àquilo que é a receita corrente, ou seja, tem sido possível por via desta poupança corrente, transferir meios decorrentes desta matéria para despesa de capital, isto tem como consequência que seja possível fazer alguns investimentos com dinheiro com meios se estavam tipificados e classificados como meios de ordem corrente.-----

----- Quase a terminar, também vale a pena sublinhar e referir o comportamento da evolução do endividamento líquido, bem que constatamos que o ano de dois mil e quinze regista o melhor comportamento desde que há registo desta matéria no que tem a ver com o endividamento líquido e recordando, vale a pena sublinhar que dois mil e cinco, tinha fechado o exercício com um endividamento líquido na ordem dos sete milhões e meio de euros e o ano de dois mil e quinze, encerrou o exercício com um endividamento líquido na ordem de um milhão e meio de euros.-----

----- Este um milhão e meio de euros de endividamento líquido é condicionado ou é também aqui prejudicado por duas situações supervenientes e que são do vosso conhecimento, uma delas decorre de um acordo relacionado com dívida à ADSE, dívida esta que reportava ao período de mil novecentos e setenta e oito a dois mil e cinco, todo este pacote de dívida na ordem dos quatrocentos e oitenta e três mil euros, prejudicaram o comportamento do endividamento líquido e ao mesmo tempo à também aquilo que tem a ver com o contributo para o Fundo de Apoio Municipal na ordem dos quinhentos e sessenta e cinco mil euros que também pesa nesta evolução do endividamento líquido, ou seja, se não tivessem ocorrido estas duas circunstâncias, estas duas superveniências do reconhecimento da dívida à ADSE deste período de setenta e oito a dois mil e cinco e não tivesse sido exigido ao Município de Arganil esta contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, teríamos encerrado o ano de dois mil e quinze com o endividamento líquido inferior a quinhentos mil euros. ---

----- No que tem a ver com outro indicador, é um indicador mais recente, imposto pela Administração Central, é o indicador da dívida total orçamental, a evolução também está no sentido positivo tal como o endividamento líquido e vale a pena recordar em relação a este indicador que em dois mil e cinco, a dívida orçamental quase que atingia os oito milhões de euros, o ano de dois mil e quinze fechou com um valor na ordem dos quatro milhões e oitocentos mil euros, aqui neste caso, no que tem a ver com a dívida orçamental prejudicado também com o reconhecimento da dívida à ADSE e do plano de pagamento prestacional.-----

----- Em termos de documentos de balanço e demonstração de resultados, apenas uns indicadores muito sucintos. Constatar que o activo líquido registou um crescimento de 0,79% de dois mil e



Assembleia Municipal

catorze para dois mil e quinze, os fundos próprios aumentaram 5,72% e o passivo registou um decréscimo de 8,57%.-----

----- Em termos de resultado líquido, o valor que é relatado particularmente na demonstração de resultados é de seiscentos e quatro, quatrocentos e cinquenta e quatro mil euros e vinte e três cêntimos, eleva-me já e pedia para fazê-lo nestes termos porque está relacionado com o ponto seguinte da ordem de trabalhos, tem a ver agora aqui com a aplicação do resultado líquido do exercício e com a aplicação das regras legais relacionadas com o tratamento desta matéria. -----

----- No ano de dois mil e quinze a conta de resultados transitados, registava um saldo de cerca de mil trezentos e noventa e oito euros, como acabei de referir, o resultado líquido de dois mil e quinze foi de cerca de seiscentos e quatro mil euros, o que totaliza um valor na ordem dos dois milhões de euros.-----

----- De acordo com o que está estabelecido legalmente, deste valor, 5% tem que ser transferido para reservas legais e o remanescente para reforço de património e será esse o sentido da proposta da Câmara relativamente à aplicação do resultado líquido. -----

----- Para finalizar, apenas dar conta dos indicadores relacionados com o tratamento dos elementos ao nível da contabilidade analítica para referir que as funções gerais absorvem cerca de 3% dos recursos do Município, as funções sociais absorvem 51% dos recursos financeiros do Município, as funções económicas 32% e outras funções 14%. Estes são os principais indicadores relacionados com as Prestação de Contas".-----

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado António João Lopes** para dizer "ora este é um assunto extremamente difícil com tantos textos, eu queria saber, neste documento anexo às demonstrações financeiras, não tem número de página mas eu leio o título, declaração de recebimento em atraso existentes a trinta e um do doze de dois mil e quinze com mais de noventa dias, realmente não é uma conta grande, são duzentos e noventa e três mil euros, mas estes na ordem de vinte cinco, oitenta e oito mil, trinta e dois mil, doze mil, quarenta e um mil, estes valores mais significativos, que procedimento é que se fez, ouve algum procedimento para receber estas verbas ou estamos à espera que elas cá venham para pagar?-----

----- Outro assunto é que eu há mais de dois anos que pedi de acordo com a lei 46/2007 de 24 de Agosto, que é a transferência de uma directiva comunitária feita pelos deputados da Áustria do interior da Europa, este documento, esta lei que está em vigor permite que todos, sem, necessidade de enunciar qualquer interesse, tem direito de acesso aos documentos administrativos. Até agora ainda não recebi qualquer deferimento, como é impossível não deferir, eu não posso aprovar isto, faço uma declaração de voto em que digo:-----



Assembleia Municipal

*Luís P.*

Voto contra o documento de Prestação de Contas, ponto dois da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de vinte cinco de abril de dois mil e dezasseis por me ter sido ainda deferido o requerimento que fiz há mais de dois anos para consulta dos documentos administrativos de acordo com a lei 46/2007 de 24 de Agosto. -----

----- É evidente que não podemos esquecer o que temos vivido nos últimos anos, os contribuintes têm pago para bancos, onde há dezenas, se não centenas de doutores e engenheiros e outros com títulos importantes e a verdade é que continuamos a pagar para bancos tipo BES, BP, BANIF e o que mais estará para vir, por isso solicito a todos os elementos desta Assembleia que tentem colaborar, analisando os documentos o mais possível, porque a lei permite isso e obriga a que haja um conhecimento exacto das coisas. -----

----- Porque razão é que há dois anos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ou a mesa, ainda não deferiu estes assuntos, obrigado”. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Horácio Afonso**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referir “vou ser breve porque o que vou fazer é repetir o que já afirmei em anos anteriores, no que se refere à qualidade da informação que nos é facultada, complementada com aquilo que o Dr.º Luís Paulo teve oportunidade de detalhar e ainda pela orientação financeira e pela gestão financeira que foi dada este ano. -----

----- A minha apreciação é essencialmente técnica, mas não posso deixar de o fazer porque o percurso tem sido brilhante e de facto, alocar uma boa parte dos recursos à redução da dívida da autarquia, já o tenho dito em anos anteriores, e garantir o futuro e por isso merece totalmente o meu acordo. Parabéns ao Dr.º Luís Paulo, parabéns à sua equipa pelo trabalho feito. -----

----- Queria no entanto pedir-lhe uma informação complementar relativamente à questão do IMI de dois mil e catorze e que é referida com uma ênfase na certificação legal de contas, quanto à sua origem, da necessidade da sua regularização e quando é que se processará a sua arrecadação, uma vez que do ponto de vista financeiro, creio que isso só irá ocorrer no futuro”. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril, Luís Moura**, para dizer “estou certo que ninguém colocará em causa a idoneidade e a capacidade técnica do responsável pela elaboração das contas da Câmara Municipal, todos sabemos que é o senhor Dr.º Luís Paulo, o qual demonstrou ao longo dos anos em que assumiu esta função um notório rigor na gestão financeira e no cumprimento das metas assumidas em relação à resolução do endividamento da Câmara Municipal. -----



Assembleia Municipal

----- Fico no entanto com uma dúvida sobre esta questão, porque ouvi aqui dois valores, um de dívida orçamental, outro de dívida líquida e acho que era importante que se clarificasse esta questão, se na verdade a Câmara Municipal deve quatro milhões e oitocentos mil euros ou se deve um milhão e meio como ficou mais ou menos aqui no ar. Eu percebo a questão mas acho que seria importante clarificar este aspecto. -----

----- Por uma questão de coerência e porque entendo que as contas devem permitir a análise dos custos que influenciam políticas, não posso deixar de mais uma vez expressar o meu descontentamento pela forma como são diluídas as despesas suportadas com a cerâmica de arganil, não encontrando nas quase quatrocentas páginas de documento distribuído referência ao assunto.

----- Certamente que todos temos a consciência de que são valores altos e seria importante, para que haja transparência nos valores que são gastos, do dinheiro público, seria importante que este aspecto viesse a público para que não hajam dúvidas sobre alguma forma menos clara o tratamento deste assunto. -----

----- Em relação à questão do pessoal, referiu o Senhor Vice Presidente, que a Câmara Municipal tem neste momento cento e oitenta e quatro funcionários, eu acrescento mais vinte que estão nas Juntas de Freguesia, portanto na verdade temos duzentos e quatro funcionários e assim já nos aproxima mais um bocadinho dos números de dois mil e cinco, que todos criticamos certamente, porque são fruto de alguns compadrios que hoje a lei veio dificultar e felizmente que o assunto está ultrapassado. -----

----- Não posso deixar de questionar o cumprimento das exposições legais sobre as transferências do Município para as Juntas de Freguesia ao verificar que a União de Coja e Barril de Alva, embora com a sua dimensão ficou em terceiro lugar na grandeza dos valores atribuídos pela Câmara às suas Freguesias, bem distante dos valores atribuídos a São Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira. -----

----- Para clarificação, entre despesas correntes e despesas de capital, a Câmara Municipal, distribuiu pela Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça cento e dez mil e oitocentos euros, para a Junta de Freguesia de Arganil, oitenta e sete mil, para a Junta de Coja e Barril de Alva, oitenta e cinco mil euros e assim sucessivamente, mas entre a primeira e a segunda que é São Martinho da Cortiça e Arganil, há uma diferença de só por si de vinte cinco mil euros. Este número ultrapassa qualquer coisa para que percebamos a grandeza dos valores, as Secarias recebeu vinte e um mil euros no ano inteiro e o Piódão recebeu dezanove mil euros. Há aqui qualquer coisa de menos claro e transparente na atribuição destes valores. -----

----- Também quero realçar aqui uma questão porque não compreendi como é que se faz uma referência a novecentos e vinte mil euros transferidos para as Juntas de Freguesia, quando na verdade analisando os documentos todos apenas consegui encontrar setecentos e trinta e um mil



Assembleia Municipal

*Eda R*  
*[Handwritten signature]*

euros de transferências para as Juntas de Freguesia entre despesas correntes e despesas de capital, acho que é um assunto que todos nos obrigamos a esclarecer porque está em causa a transparência e eu me obrigo a requerer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a documentação correspondente ao suporte dos valores atribuídos às Juntas de Freguesia, não porque duvido dos critérios na sua distribuição mas porque acho que aqui há qualquer coisa de desigual que deve ser solucionado. -----

----- Por último não posso deixar de lamentar que a Câmara Municipal apresente um lucro de seiscentos mil euros nas suas contas e não tenha intervencionado a Estrada da Carvalhas como sempre tem sido reclamado por todas as Juntas de Freguesia que recorro, não serve apenas Coja mas serve todo o alto Concelho e serve a galinha dos ovos de ouro do nosso Concelho que é o Piódão, acho que tendo esta disponibilidade e esta possibilidade de o fazer, acho que perdemos a justificação para não intervencionar, muito obrigado”. -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, Rui Franco** para dizer “breves palavras, apenas para esclarecer algumas dúvidas do colega Presidente da Junta de Freguesia de Coja. -----

----- Como na nossa vida particular, nas autarquias para termos receita temos que trabalhar, esses valores que se está a referir aí são resultantes de protocolos celebrados entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia onde a Junta de Freguesia presta trabalho à comunidade que não era da sua competência mas sim do Município e existe a respectiva compensação financeira. -----  
É preciso também referir que esses valores, não são valores que vêm líquidos para a Junta de Freguesia e não geram despesa. -----

----- Geram despesa com por exemplo o despejo de fossas sépticas em toda a Freguesia, não é dado e adquirido que recebemos o dinheiro e não pagamos a ninguém, pagamos combustível, compramos o equipamento que custou quarenta e tal mil euros, pagamos a funcionários e todos os encargos que aí advêm. -----

----- Na vertente da silvicultura preventiva também uma situação idêntica, ou seja, ler isso dessa forma e interpretar dessa forma, até parece que nós recebemos extraordinariamente muito mais dinheiro que qualquer uma das outras freguesias. Não é verdade, é o pagamento de serviços que a Junta de Freguesia presta à comunidade e competiriam há Câmara Municipal fazer. -----

----- Já agora que estamos em comparação, desafio a comparar os valores dos Contratos-programa que vamos celebrar hoje, obrigado”. -----



Assembleia Municipal

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, para referir “muito brevemente, ouvi com muita atenção a explicação dada pelo Senhor Vice Presidente, exaustiva, fico esmagado com tantos números, apreciei também a intervenção do Deputado Horácio que vai no sentido do bom senso, do menor endividamento e de uns pagamentos atempados que hoje conseguimos fazer ou em prazos muito agradáveis e que a todos nos contenta essa situação. Contudo é preciso não cair em extremos e eu ouvi referir com agrado e que partilho, o endividamento líquido que tem vindo a baixar para níveis muito agradáveis, mas é preciso também continuar a fazer obra, temos que continuar a transitar neste território, temos que continuar a dar as condições aos mais carentes, temos que continuar a apostar nas melhores condições dos nossos alunos, há todo um conjunto de situações que não pode ser descorada e é esta compatibilização que tem que estar sempre presente, entre o objectivo saudável e que eu aprecio, repito, de uma certa redução, mas o não descorar da obra, porque como todos ainda temos memória, lembramo-nos de um passado recente, termos os cofres cheios e não termos infraestruturas de qualquer espécie, é este equilíbrio que tem que haver”.-----

----- Pede a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva Luís Moura**, apenas para clarificar uma questão.-----

----- “Só para retificar aqui um valor, eu referi que a Junta de Freguesia de Arganil estaria em segundo lugar, não +é verdade, eu queria referir-me a Pombeiro da Beira que recebeu oitenta e sete mil euros, quando Arganil na verdade recebeu quarenta e dois mil e duzentos euros, clarificar este aspecto.-----

----- Acho que em relação à questão que foi levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, essa questão da contribuição é feita por todos, não fiquei com dúvidas que São Martinho prestará esse serviço, agora o que eu posso eventualmente não concordar é sobre os critérios da atribuição e este diferenciamento dada a dimensão das Freguesias que estão em causa, só isso”.-----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, para fazer uns esclarecimentos.-----

----- “Antes de dar a palavra ao Executivo para estes esclarecimentos, apenas uma nota e um pedido ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Se alguma coisa interfere um bocado com o meu estado de espírito é uma ideia de suspeição, compadrio, não nos dão os documentos. Eu estava a ouvir o Senhor Deputado António Lopes e alguém que entrasse aqui de repente dizia, eles vão discutir as contas e gestão de dois mil e quinze e pelos vistos não deram documentação aos Senhores Deputados.-----



Assembleia Municipal

João

P  
X

----- Em relação ao requerimento que refere ter introduzido, eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se há alguma objecção que impeça o Senhor Deputado António Lopes de ter acesso aos documentos que entenda necessários para clarificar as suas posições?-----

----- Outra questão tem a ver com a adequação e aquilo que é investido nas Freguesias. Eu perfilho que a ideia de que o todo é superior ao conjunto das partes, o desenvolvimento harmonioso... terá que ser essa a principal preocupação, a coesão social e territorial".-----

----- Foi dada a palavra ao Executivo na pessoa do **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves** para referir "queria apenas dizer em relação à questão do Senhor Deputado António João Lopes, que solicitou há dois anos como ele referiu, que solicitou que lhe fossem entregues as contas da Câmara.-----

----- As contas da Câmara estão espelhadas nos documentos que entregámos, quer no relatório de gestão, quer nos anexos que foram distribuídos. Para além disto aquilo que pode ser facultado o acesso ao Senhor Deputado António João Lopes, são as facturas e os recibos, aquilo que é a documentação do dia-a-dia da Câmara Municipal, a qual lhe foi dito que estamos absolutamente disponíveis para vir consultar aquilo que entender e que é útil para a sua intervenção no seio desta Assembleia Municipal e reitero apenas aquilo que já disse há dois anos atrás, há absoluta disponibilidade da Câmara para poder facultar essa consulta desses documentos, que são documentos do dia-a-dia da Câmara que tem a ver com facturas, com recibos, com ordens de pagamento, com requisições, essa panóplia de documentos associados à contabilidade da autarquia"

----- Usou da palavra o **Senhor Vice Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa** para responder às questões mais técnicas.-----

"Tentarei responder às questões mais concretas que foram colocadas. Dizer ao Senhor Deputado João Lopes, esse valor que refere de cerca de trezentos mil euros em atraso, grosso modo ele resulta de dívida relacionada com água, saneamentos e resíduos sólidos, que está em atraso pelos consumidores destes serviços, a cobrança destes valores como penso que saberá, é efectuada através de processo executivo, estes processos executivos estão instaurados, estão a decorrer, contudo do ponto de vista formal objectivamente tratam-se, de valores em atraso. Esta é a principal justificação e é o principal contributo para estes valores que estão aqui em atraso.-----

----- Relativamente às palavras do Senhor Deputado Horácio Lisboa Afonso, agradecer pessoalmente as referências que efectuou e esclarecer no que tem a ver com o IMI de dois mil e catorze e com esta correcção de especializações que tem a ver com o aspecto formal de os valores de IMI que o Município recebe do ano de dois mil e quinze, do ponto de vista formal, venceram-se a trinta e um de Dezembro de dois mil e catorze, o imposto é cobrado no ano subsequente àquele que



Assembleia Municipal

diz respeito e daí que os nossos revisores de contas, sugeriram e bem, que se fizesse esta adequação que aceitamos e do ponto de vista técnico é o critério mais adequado. -----

----- Quanto às questões que foram suscitadas pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, tentarei esclarecer. Dizer em primeiro lugar e no que tem a ver com a diferença entre a dívida orçamental e endividamento líquido, referir que este último, de grosso modo resulta da diferença entre os activos financeiros e os passivos financeiros conforme é referido no relatório de gestão, ou seja, de uma forma muito grosseira mas que se torna mais clara para perceber, no fundo é a diferença entre aquilo que devemos e aquilo que temos por um lado em caixa, em depósitos à ordem e que terceiros devem também ao Município, portanto desta diferença resulta o endividamento líquido. Há aqui também questões mais técnicas que tem a ver com a questão dos deferimentos, dos acréscimos deferidos, mas aí é mais difícil de reportar para este entendimento. Grosseiramente e de uma forma simples é a diferença entre aquilo que se deve e aquilo que temos em dinheiro e créditos sobre terceiros. -----

----- A dívida orçamental é um indicador que no fundo apenas contempla aquilo que é a dívida do Município, nomeadamente a bancos, se existissem, contratos de locação financeira, fornecedores, portanto apenas contempla aquilo que é a componente da dívida, ignorando aquilo que tem a ver com os meios financeiros e direitos sobre terceiros que eventualmente existam. -----

----- Relativamente à dúvida e à questão que colocou no que tem a ver com os custos da Cerâmica, posso dizer que estes custos foram algum tempo não muito, mas foram comunicados à Câmara Municipal na sequência de solicitação que vinha a ser formulada, não existe qualquer objecção a que eles sejam também divulgados aos membros da Assembleia Municipal e portanto trataremos de também e para que não subsistam quaisquer dúvidas relativamente a esta matéria, trataremos de na próxima Assembleia Municipal, trazer os números que foram já apresentados em sede de reunião de Câmara. -----

----- Quanto ao aspecto que abordou do pessoal, não é conforme referiu, ou seja, o pessoal reportado a dois mil e cinco, considera todo o pessoal que é pago pelo orçamento municipal incluindo aquele que estava nas Juntas de Freguesia como não poderia deixar de ser, tal como no que se refere a dois mil e quinze. -----

----- Em dois mil e quinze, nesta contagem de trabalhadores, estão os trabalhadores que estão nos serviços directos do Município, mas como não poderia deixar de ser e são pagos também pelo Município, todos os trabalhadores que estão afectos às Juntas de Freguesia, portanto estamos a comparar grandezas que medem exactamente a mesma coisa e de facto como sublinhou, o ano de dois mil e cinco registou o maior número de trabalhadores que o Município já teve ao seu serviço,



Assembleia Municipal

*José P.*

mas do ponto de vista comparativo estamos a falar exatamente da mesma coisa e essa situação que referiu de em dois mil e quinze não estarem incluídos, não corresponde à facticidade. -----

----- Um outro assunto que abordou e o Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça também já esclareceu, acho que vale a pena porque as comparações e de se colocarem zonas geográficas do nosso território em confronto umas com as outras, não aproveitará nada para ninguém.-----

----- Vale a pena dizer que aquilo que sustenta a grande diferença dos valores transferidos para as Freguesias de São Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira, decorre de protocolos celebrados e que são públicos, nada como certamente imaginarão, não há protocolos celebrados na penumbra nem na obscuridade. São aprovados em sede de Câmara Municipal, são aprovados pela Assembleia Municipal e estamos a falar e é daqui que resulta a grande diferença de protocolos, quer no caso da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, quer no caso da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, de protocolos relacionados com a drenagem de águas residuais, ou seja, como sabem estas duas Freguesias sendo e tendo uma extensão geográfica muito significativa, o facto de terem também muitas aldeias dispersas entre si, dificulta e tem dificultado ao longo dos anos a construção de serviços de saneamento convencionais, de redes convencionais, o que tinha como consequência que os cidadãos destas zonas do Concelho, quando tinham a fossa séptica cheia, tinham que vir ao Município requerer o respectivo serviço de limpeza de fossas, o preço está estabelecido e foi aprovado em sede de Assembleia Municipal, anda nos quarenta euros por cada limpeza de fossa e esta era a consequência que existia para os cidadãos destas freguesias. Em bom tempo, numa parceria que foi estabelecida entre a Câmara e a Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça e depois estendida à Freguesia de Pombeiro da Beira, aquilo que foi protocolado tinha duas vertentes, por um lado assegurar que os cidadãos destas freguesias tinham um tratamento similar aquele que era atribuído aos cidadãos já servidos por rede convencional, portanto aquilo que estas pessoas pagam e que não têm um serviço convencional de rede de saneamento, pagam, exatamente as mesmas taxas, as mesmas tarifas que um cidadão que tem rede convencional paga e ao mesmo tempo ao abrigo deste protocolo a Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça assegura a recolha do saneamento nestas fossas particulares e o encaminhamento para as estações de tratamento de águas residuais. Para o cidadão, e o objectivo da Câmara e das Juntas aquilo que se pretendia era ter um tratamento do ponto de vista financeiro e de ter um serviço igual àquele que existia noutros locais do Concelho. A contrapartida é muito simples, eu quase que até me atreveria a dizer que nalguns aspectos em particular, até se torna difícil de assegurar do ponto de vista financeiro, porque aquilo que a Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça e a Junta de Freguesia de Pombeiro da



Assembleia Municipal

Beira recebem, é apenas aquilo que é pago pelo conjunto de cidadãos de utilizadores deste sistema que pagam agora a título de taxa normal.-----

----- O processo é claro, visou assegurar um tratamento equivalente o quanto possível aos cidadãos destas Freguesias e volto a dizer, foi aprovado em sede de Câmara Municipal e em sede de Assembleia Municipal. -----

----- Em relação à intervenção do Senhor Deputado Eugénio Fróis, aqui a grande dificuldade e o grande exercício que temos conseguido cumprir é de ao mesmo tempo que se honram os compromissos, o Município de Arganil tem hoje prazos médios de pagamento inferiores a uma semana, é hoje uma entidade pública que tem um comportamento honrado naquilo que tem a ver com todas as matérias incluído na questão dos pagamentos e ao mesmo tempo que faz obra tem que cumprir o serviço da dívida e nestes dez anos por força do serviço da dívida, já tivemos de alocar cinco milhões de euros por via de serviço de dívida encontrado em dois mil e cinco, certamente que tínhamos outros destinos bem mais apelativos para utilizar estes meios financeiros, mas de facto são as obrigações e as obrigações têm de ser cumpridas”. -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado António João Lopes** apenas para dizer “logo que tenha a acta aprovada desta reunião, eu dirigir-me-ei aos serviços para marcar a minha consulta, obrigado”.

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Horácio Afonso** que proferiu, “Dr.º Luís Paulo só mais um esclarecimento complementar. Face àquilo que referiu era só para confirmar consigo, que o aumento de valor que se verifica em acréscimos e diferimentos na parte de antecipação de proveitos tem a ver com o IMI de dois mil e quinze que será cobrado em dois mil e dezasseis, muito obrigado”. -

----- Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso**, colocou à votação o ponto número dois, tendo sido aprovado pela maioria com sete votos contra, da Senhora Deputada Arménia Coimbra, do Senhor Deputado Eugénio Fróis, do Senhor Deputado António Simões, do Senhor Deputado Rodrigo Oliveira, do Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha, do Senhor Membro com Assento Presidente da Junta de Secarias, Leonel Costa, do Senhor Deputado António Lopes e uma abstenção do Senhor Membro com Assento, Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



Assembleia Municipal

----- Pedeu a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para expressar "Apesar das notas explicativas do Senhor Vice Presidente e do seu optimismo, tivemos todos oportunidade porque estivemos atentos durante a sua intervenção de seguir a leitura afinal, da sua declaração de voto quando foi da aprovação da reunião de Câmara, com a introdução de um ou outro pormenor, seguiu-a integralmente, por isso o Partido Socialista apresenta a seguinte Declaração de Voto relativamente ao Relatório de Gestão de dois mil e quinze.-----

### **DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIALISTA - RELATÓRIO DE GESTÃO 2015**

----- O Relatório de Gestão de 2015 é o espelho do marasmo em que o concelho de Arganil está mergulhado e reflecte os piores receios manifestados pelo Partido Socialista. As inúmeras apreensões e profundas preocupações que manifestámos na discussão do Orçamento Municipal para o ano de 2015 vieram, infelizmente, a comprovar-se.-----

----- De facto, conforme o Partido Socialista tem vindo a denunciar nos últimos anos, e mais uma vez este Relatório de Gestão confirma, os Orçamentos apresentados pelo executivo do PSD são propositadamente empolados e criam falsas expectativas aos Municípes. Em 2015 a Taxa de Execução do Orçamento ficou-se pelos 76,38%, tendo ficado por executar 3.843.787,97 €. -----

----- A taxa de execução das despesas de capital foi assim baixíssima (48%), significando que nem metade do investimento proposto foi executado, tendo sido concretizadas menos de um terço das intervenções preconizadas no Plano Plurianual de Investimentos.-----

----- Afirmámos que as Grandes Opções do Plano eram marcadas pelo adiamento de intervenções há muito desejadas e necessárias para o desenvolvimento do Concelho e que a proposta apresentada pela maioria do PSD iria criar expectativas infundadas nos Arganilenses.-----

----- Assim, o PSD propôs na Rúbrica Cultura das GOP um total de 1.252.000 € e apenas executou 10%, pois o Museu Internacional do Rali (MIR) previsto desde 2014 continua a ser apenas uma MIRagem e a recuperação do Teatro Alves Coelho continua envolta na trapalhada que se conhece. --

----- Nem o montante ridiculamente baixo previsto para a Zona de Lazer das Fronhas e para as praias fluviais foi concretizado, tal como antecipado pelo Partido Socialista.-----

----- Também a execução das acessibilidades do Concelho, ficou muito aquém do desejável, pois as intervenções prioritárias e previstas desde há alguns anos ficaram uma vez mais adiadas. Nesta matéria, foi mesmo "muita parra e pouca uva".-----

----- As intervenções da responsabilidade do Município ao nível das ETAR, ficaram também aquém do desejável.-----



Assembleia Municipal

----- Na área social, a intervenção do Município é muito pouco ambiciosa. O Partido Socialista afirmou que se a solidariedade do Município fosse avaliada pelos valores inscritos no Orçamento para o apoio social às famílias, a mesma era insignificante. A triste realidade é que nem essas migalhas disponibilizadas, foram totalmente justificadas.-----

----- A justificação do Executivo PSD é recorrente e é alicerçado no insuficiente apoio no âmbito da acção social escolar que é prestado às famílias.-----

----- Ao analisar as transferências do Executivo para as IPSS, excluindo as Instituições com as quais existe contrato de prestação de serviço para confecção e fornecimento de refeições escolares, verifica-se que não foi concedido nenhum apoio para o seu funcionamento, o que não podemos deixar de lamentar.-----

----- A Câmara Municipal não pode virar costas a uma parte significativa da sua população, nomeadamente aos idosos que vivem em situação de isolamento.-----

----- O serviço de teleassistência ao domicílio acabou no final do anterior CLDS. Os idosos sem recursos suficientes continuam a ter dificuldade em beneficiar da valência de Lar, valendo contudo o espírito solidário dos dirigentes das IPSS que vão fazendo um esforço para ultrapassar estas dificuldades.-----

----- São opções claramente distintas das que o Partido Socialista tem defendido.-----

----- Quando as expectativas na arrecadação da receita são demasiadamente optimistas e quando há que responder a encargos e responsabilidades significativas com estruturas cujos impactos no desenvolvimento é questionável, é este o resultado!-----

----- Por um lado, o investimento na Cerâmica Arganilense trouxe novos custos, sem as correspondentes receitas associadas, nomeadamente em inúmeros espaços que continuam devolutos, sem qualquer retorno e que deveriam ser geradores novas dinâmicas e estar a cumprir com o previsto no plano de negócios que demonstrava a sua sustentabilidade.-----

----- Por outro lado, não sendo da responsabilidade directa do Município, nunca é demais salientar a inacção do anterior Governo que nada fez para colocar em funcionamento o Portugal 2020, colocando os Fundos Comunitários ao serviço do bem-estar das populações e da criação de riqueza do País, o que inviabilizou a concretização de muitos investimentos. Os últimos meses já dão sinais de que um novo tempo chegou!-----

----- Contudo, quando se executam apenas 19% das receitas de capital previstas, algo esteve mal, muito mal. E o PS alertou para tal facto.-----

----- Em conclusão, o Partido Socialista não pode sancionar um documento com desvios tão grandes relativamente às expectativas criadas junto dos Arganilenses.-----

----- Entendemos que mais e diferente poderia ter sido feito com mais benefícios para os cidadãos.-----



Assembleia Municipal

----- Como tal, o Partido Socialista não tem outra alternativa senão votar contra o Relatório de Gestão do Município de Arganil relativo ao ano de 2015. -----

Arganil, 25 de abril de 2016-----

A Bancada do Partido Socialista -----

----- Durante a intervenção do Senhor Vice Presidente eu estive atenta e respeitei-o em silêncio, não assim enquanto eu estive a ler esta Declaração de Voto”.-----

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** para dizer “apenas uma intervenção muito breve em relação à intervenção da Senhora Deputada Arménia Coimbra.-----

----- Quando fala da execução orçamental e da falta de capacidade de aplicar três milhões de euros que estavam previstos no orçamento de dois mil e quinze -----

----- Após alguns esclarecimentos em relação ao pedido de intervenção do Senhor Deputado Luís Gomes, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso** esclareceu que o Senhor Deputado não podia intervir no momento, mas poderia inscrever-se para outro ponto, dando por terminado o ponto dois da ordem do dia.-----

### 3) **Apreciação e votação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2015** -----

--- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves**, “Eu queria apenas antes de fazer a proposta em concreto, de dizer que gostaria muito de ter debatido com o Partido Socialista a prestação de contas, mas mais uma vez à semelhança daquilo que aconteceu na reunião do Executivo Camarário e esta Declaração de Voto é em tudo similar aquela que foi apresentada em reunião de Executivo Camarário, o Partido Socialista opta por uma estratégia de “toca e foge”, ou seja, não debate coisa nenhuma, assume a sua votação e a seguir faz a Declaração de Voto para não ter contraditório.-----

--- Nesse sentido não quero deixar aqui de fazer o meu lamento. -----

--- Por outro lado também queria dizer que todas as execuções dos mandatos do Partido Socialista, mesmo as melhores execuções ficam bem abaixo dos mandatos do Partido Social Democrata. -----



Assembleia Municipal

— Relativamente à aplicação do resultado líquido do exercício propomos cem mil cento e sessenta e oito euros e sessenta e três cêntimos para reservas legais e um milhão, novecentos e três mil, duzentos e quatro euros e quatro cêntimos para reforço do património, muito obrigado” -----

— Pediu a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes**, que referiu “era só para fazer a minha apreciação crítica em relação à Declaração de Voto do Partido Socialista. -----

--- Queria eu dizer que no orçamento que estamos aqui a aprovar, foi dito que não foi executado a verba de cerca de três milhões de euros. -----

--- Era só para dar esta nota, um orçamento apoia-se numa receita previsional e a despesa desse orçamento é feita em função dessa mesma receita previsional porque se fosse sempre certo, três mil a receber e três mil a gastar era a coisa mais simples deste mundo, mas é que as receitas são previsionais. Posto isto não é preciso acrescentar mais.-----

--- Agora uma nota já com caris político, Senhora Deputada eu acho que tenho direito a exercer, na minha liberdade e já que estamos a festejar o dia da liberdade, do respeito por todos os que estão aqui, representantes da população do Concelho que no mínimo tenho que exprimir a minha opinião sobre esta matéria e quase que estava a ser impedido de o fazer, democraticamente acho que isso não está correcto. -----

--- Por outro lado e deixe-me fazer aqui uma nota daquilo que foi a intervenção há pouco, já mais atrás do Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha, que apelou ao consenso, à concertação entre elementos de uma bancada e elementos doutra e penso que a Senhora Deputada Arménia Coimbra e o resto da bancada não fez desde o início, se não, indetivas contra o Senhor Presidente, contra a mesa, creio que isto é exactamente a prática do contrário daquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha, era só, muito obrigado”. -----

--- Teve a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** que referiu “junta-te aos bons e serás como eles, é só assim. -----

— Os senhores cinco minutos depois do início desta Assembleia Municipal, diziam que estava tudo a correr muito bem e começou a correr logo muito mal. Quem deu o tom e quem dá o tom é sempre quem está a comandar e a presidir e eu respeito a obrigação e a competência de quem preside, por isso exigi e exijo e já que o Senhor Presidente, cinco minutos depois da sessão não admitiu que eu o interpela-se directamente sem ser pelo microfone, não entendeu a minha abertura, se ele respondesse à interpelação do Senhor Deputado, eu nem usaria da palavra, como ele interpretou que eu que o estava a dirigir, coisa que eu nunca quis fazer, interpretou mal, foi comigo agressivo, teve a resposta e tem o formalismo durante toda a Assembleia e tê-lo-á durante o resto do mandato. -----



Assembleia Municipal

John P.  
/

— Está encerrado o assunto, não lhe quis cortar a palavra, quis que o Senhor Presidente cumprisse o regimento, se ele o cumprisse de uma determinada forma, teria que o cumprir para sempre”.-----

— Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação o ponto numero três, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

— Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**4) Apreciação do relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro. ---**

— Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia Avelino Pedroso**, colocou à votação o ponto número quatro, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

— Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**5) Apreciação e votação da celebração de Contrato-Programa com as Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, União de Freguesias de Cepos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Coja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz, no apoio financeiro para a comparticipação na execução de diversos trabalhos nas diversas Freguesias. -----**

— Pediu a palavra o **Senhor Deputado António João Lopes**, para referir “ eu quero dizer que este assunto, é um assunto que deveria estar no Plano em Novembro, assim era correcto, agora vir em Abril é que me parece que não há cuidado em fazer Planos, em cumprir Planos, porque são com os Planos que nós podemos ter alguma segurança na realização das obras.-----

— Eu propunha que trabalhos desta natureza sejam estudados internamente em Setembro, Outubro, para que em Novembro apareçam no Plano. Eu referi que não havia nenhum projecto para realizar, no Plano e afinal vão aparecendo a pouco a pouco.-----

— Outro aspecto, gostava de saber como é que estes trabalhos atribuídos às Freguesias, no caso de necessitarem de equipamento pesado, como são que estes equipamentos circulam entre as



Assembleia Municipal

Freguesias. Este valor que aqui está, vinte ou trinta mil euros contabiliza o trabalho ou os dias de cada equipamento do Município ou estes valores que estão, mais o trabalho dos equipamentos pesados e o pessoal, obrigado”-----

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura**, para dizer “no seguimento da minha intervenção sobre as contas e gerência do ano findo e relativamente a esta questão dos valores das Freguesias, verifico que a União de Freguesias que aqui represento foi preterida na análise da primeira fase dos Contratos-Programa para o corrente ano.

----- De forma incompreensível verificamos que a nossa proposta não foi aceite e apenas foram consignados dezassete mil trezentos e cinco euros e cinquenta cêntimos para a União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, quando para a Benfeita foram atribuídos vinte sete mil duzentos e quarenta e dois, ao Piódão vinte seis mil euros, a Pombeiro vinte e dois mil euros e para as Freguesias de Arganil, Cepos, Sarzedo e Vila Cova de Alva vinte mil euros, seguindo-se depois outras. Curiosamente São Martinho da Cortiça, com dois mil euros, ou seja, foram distribuídos nesses Contratos-programa duzentos e vinte e dois mil e novecentos e vinte cinco euros e oitenta cêntimos, ou seja, quase 50% do valor estabelecido em orçamento para os Contratos-programa de dois mil e quinze. -----

----- Retirando no caso da Freguesia que aqui represento, o valor acordado e já assumido para a compra das instalações da Cerâmica Progresso de Coja no valor de onze mil e quinhentos euros e agora peço a atenção do Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, para o Barril de Alva foram atribuídos três mil oitocentos e noventa e cinco euros e cinquenta cêntimos, para Coja dois mil e sessenta e sete euros para a execução de uma obra que não poderá ser executada, pela não aprovação do resto da proposta como foi dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil. -----

----- Penso que não será difícil perceber a mensagem dirigida às Juntas de Freguesia pelo Presidente da Câmara, mas partindo do pressuposto que se tratou de um lapso que o Senhor Presidente da Câmara já não teve oportunidade de repara, apesar de alertado, fico convicto que esta Freguesia será compensada no próximo quadro tendo em conta a percentagem a que tem direito, dos quatrocentos e noventa mil euros orçamentados para o corrente ano. Para que se faça justiça nas coisas, em relação à questão que está a ser colocada aqui sobre as Secarias, as Secarias vão receber zero, ou seja, não apresentou por aquilo que eu percebi qualquer proposta.-----

----- Já agora para terminar, só clarificando aqui uma questão que há pouco o Dr.º Luís Paulo ou não percebeu aquilo que eu disse em relação há questão do pessoal, são na verdade cento e oitenta e quatro funcionários que em trinta e um de Dezembro que a Câmara Municipal tinha, mas não



Assembleia Municipal

podemos esquecer que existem vinte funcionários que a Juntas de Freguesia são obrigadas a contratar para o seu serviço, que não são transferidas pela Câmara Municipal mas sim apenas com uns valores e aqui está uma questão que aqui foi levantada em situações anteriores, criando uma ilegalidade nas Juntas de Freguesia e tirando este orno da responsabilidade na Câmara Municipal. Julgo que é tudo, muito obrigado”-----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Pereira Alves**, para proferir “respondendo ao Senhor Deputado António João Lopes, os Contratos-programa, visam a realização de pequenas obras por parte das Juntas de Freguesia através deste acordo com a Câmara Municipal, eles estão previstos no âmbito dos instrumentos previsionais, nomeadamente nas Grandes Opções do Plano e tem um valor global previsto, outras coisas são as obras desenvolvidas pela Câmara Municipal plasmadas no documento das Grandes Opções do Plano. Há duas fases de candidatura por ano, uma nesta altura outra até meados de Maio, as Freguesias candidatam-se e a partir daí a Câmara Municipal analisa as propostas, a qualidade das propostas e faz a sua apreciação e propõe à Assembleia Municipal a aprovação nos termos que estão também plasmados na documentação que vos foi entregue.-----

----- Naturalmente que não pode atribuir dinheiro a Freguesias que não apresentam candidaturas a Contratos-programa como é normal e não queria deixar de dizer também isto.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, mais uma vez segue um caminho de comparação ao cêntimo, se recebe mais ou se recebe menos que as outras Freguesias.-----

----- Há Freguesias que têm valores elevados, outras têm valores menos elevados, tem tudo a ver com as propostas que são apresentadas e também algumas apresentarão seguramente só um Contrato programa, não dois, portanto haverá seguramente um tratamento de equidade neste processo e portanto julgo que são absolutamente gratuitas e infundadas as críticas do Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva que de facto como dizia há pouco o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, tem que olhar bem para toda a listagem dos Contratos-programa e fazer uma apreciação mais justa e mais transparente da situação, muito obrigado”.-----

----- Pediu a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura**, para fazer um esclarecimento, “como ficou claro, na minha intervenção, a Junta de Freguesia de Coja e Barril de Alva não virá a receber deste Contrato-programa qualquer valor porque a proposta que apresentou não foi aprovada pela Câmara Municipal de forma incompreensível, que não a



Assembleia Municipal

percebo. O cuidado da nossa parte em graduar os valores da nossa proposta e gostaria que alguém me explicasse, pelo menos o Senhor Presidente da Câmara não o fez até hoje, que me explicasse a razão de não ter incluído a Junta de Freguesia de Coja e Barril de Alva na atribuição dos Contratos-programa, muito obrigado”. -----

----- Foi dada a palavra ao Executivo Camarário, na pessoa do **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Pereira Alves**, para fazer os esclarecimentos solicitados. -----

“Senhor Presidente, ao que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva acabou de dizer, não é verdade. -----

----- A União de Freguesias apresentou uma candidatura que tinha quatro itens, dos quais três foram considerados e um não foi considerado e pergunto a terminar, se a Cerâmica Progresso fica ou não fica em Coja?” -----

----- Após feitos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado pela maioria, com um voto contra, do Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Tavares de Moura. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**6) Apreciação e votação da Celebração do Contrato-Programa com as Freguesias de Benfeita, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, São Martinho da Cortiça e Sarzedo e com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz no apoio financeiro para a participação na execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva e aquisição de equipamento. -----**

Não havendo pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



Assembleia Municipal

*Delgado* *Q* *[Signature]*

**7) Apreciação e votação de adendas aos Contrato-Programa nº12/2013 e 28/2013, celebrados entre o Município de Arganil e a Junta de Freguesia do Sarzedo. -----**

----- Não havendo pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**8) Apreciação e votação do Projeto de Regulamento Urbanístico do Município de Arganil (RUMA). -----**

Pedi a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para proferir "este projecto de regulamento esteve em consulta pública desde o dia um de Março, presumo que até Abril por trinta dias.- -----

Foi aprovado em reunião de Câmara deduzo que depois desse período de trinta dias, infiro uma vez que deste expediente que nos foi entregue hoje, não consta nunca a data da reunião de Câmara da aprovação, no entanto é remetida à Assembleia Municipal presumo eu que após a aprovação da reunião de Câmara.-----

Este ponto e o ponto seguinte não podem ser discutidos nem votados nesta Assembleia porque o material é substancialmente relevante, aliás este Projecto de Regulamento Urbanístico do Município contém muitas propostas que não nos mé possível analisar e ponderar. Há propostas do público, de vários cidadãos que estão aqui resumidas que devem ter sido ou não contempladas, nem sequer eu alcanço se o foram ou não, não é durante a reunião, aliás esta reunião exige-nos sempre muita concentração, porque nós podemos estar a analisar estes instrumentos urbanísticos relevantes. -----

Senhor Presidente, já que dirige os trabalhos, já que convoca as Assembleias, deveria ter o cuidado de nos fazer chegar Projectos de Regulamento Urbanísticos com a antecedência devida, foi-nos entregue hoje, é si que compete zelar para que a entrega nos seja feita atempadamente. -----

Eu não sei em que reunião de Câmara, foi aprovado e o mesmo se diga com o ponto nove. -----

Diga-nos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se permite que o Senhor Presidente da Câmara faça uma intervenção para dizer se estes instrumentos não nos poderiam ser confiados com alguma antecedência de algumas horas, que não fosse na própria reunião". -----



Assembleia Municipal

Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, para fazer os esclarecimentos.-----

“Relativamente à questão que foi colocada pela Senhora Deputada Arménia Coimbra, tanto quanto me foi dado a saber e a verificar, foi enviado por e-mail.-----

Foi dada a palavra ao Executivo na pessoa do **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Pereira Alves**, para fazer alguns esclarecimentos. -----

“Relativamente a esta matéria, a discussão destes dois pontos foi realizada na Reunião de Câmara de dezanove de Abril, que foi a reunião da passada terça-feira. -----

Consagra a lei e também o regimento de que estes documentos devem ser distribuídos com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas. As indicações que transmitimos foi no sentido de estes documentos serem distribuídos imediatamente a seguir à Reunião de Câmara e devem ser emitidos por via normal de correio mas também via e-mail a fim de poderem ser rececionados mais rapidamente.-----

No dia vinte de Abril, na passada quarta-feira, foram remetidos a todos os Senhores Deputados Municipais a documentação relativa às deliberações do ponto oito e do ponto nove desta Assembleia, por e-mail.-----

Se ouve alguma falha dos serviços, naturalmente que eu assumo-a por inteiro como principal responsável da Câmara Municipal, mas julgo que não uma vez que foram enviados os documentos por e-mail”-----

Usou da palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para dizer, “há opção entre nós, de alguns Deputados receberem em papel e por e-mail, acho que manifestámos já essa opção no início do mandato, no entanto eu perguntava-lhe também se em relação ao ponto nove as actas que nos foram entregues e as que foram enviadas por e-mail não contem a discussão havida na Reunião de Câmara”.-----

Esclareceu o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal Avelino Pedroso**, “Senhora Deputada, relativamente à questão que tinha colocado, eu como tinha referido e realmente foi essa a nota que tive, no dia vinte foi enviado um e-mail contendo precisamente em anexo estes dois documentos, eu tinha tido a percepção que efectivamente teria ocorrido isso. -----

Posto esta questão, não sei se o executivo pretende fazer algum esclarecimento adicional relativamente a este ponto oitavo e também perguntava à digníssima Assembleia se é de manter este ponto e o seguinte se é afetado por alguma forma que não possa ser esclarecida, nesse caso



Assembleia Municipal

teríamos que repensar, caso entendam que possa ser avaliado e votado de acordo com a ordem de trabalhos poderíamos fazê-lo.-----

Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves** para proferir "relativamente a esta matéria e depois de consultar também a questão do envio via e-mail, nós entendemos que a Câmara cumpriu aquilo a que legalmente estava obrigada, portanto entende que há condições para discutir estes pontos. No entanto se a Assembleia Municipal entender que eles devem passar para a próxima Assembleia Municipal também não temos nada a opor, apenas lamentamos que no caso deste ponto e no caso do ponto seguinte, as pessoas e as entidades a quem directamente se destina a aplicação destes regulamentos, esperem mais dois meses por estes instrumentos, designadamente aquele que diz respeito ao Arganil Investe Mais e ao apoio ao investimento no Concelho, mas respeitaremos a Assembleia Municipal".-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal Avelino Pedroso**, pede aos representantes de Bancada para expressarem as suas opiniões para posteriormente analisarem se há ou não condições para colocarem os dois pontos em votação, tendo em conta o que está em discussão. "Agradecia que me fizessem chegar a vossa opinião".-----

Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António João Lopes** que referiu, "quanto a estes dois pontos que não são urgentes, o investimento no Município já resulta de um decreto há vários anos, quatro ou cinco anos, me parece.-----  
Quanto ao Regulamento Urbanístico também não vejo que haja aqui qualquer inconveniente para os utilizadores, por isso eu proponho que passem para a próxima Assembleia".-----

Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** para dizer, "entende esta bancada que há condições para votar estes dois pontos, muito obrigado".-----

Usou da palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para proferir, "para os discutir eu proponho que se interrompam os trabalhos para almoço e continuemos na parte da tarde. Votar é uma coisa, discutir e votar é outra, eu pretendo esclarecimentos sobre o Regulamento Urbanístico".---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu à Senhora Deputada para colocar as questões que entendesse, no entanto a Senhora Deputada Arménia Coimbra respondeu que primeiro precisava do intervalo do almoço para alinhar as questões, porque não tinha lido o documento. "Se a



Assembleia Municipal

Bancada do Partido Social Democrata entendem que devem ser hoje discutidos e votados, eu peço interrupção dos trabalhos porque a maioria assim decide. Se a maioria decide que recebeu os documentos, eu não os recebi, confio na vossa palavra que me foram enviados por e-mail, não entendo é porque é que mos entregaram hoje em cópia aqui se eu já os tinha, mas entregaram. Eu não os vi mas vou conferir, se lá estão, estão e confio na informação do Senhor Presidente da Câmara que me terá sido enviado por e-mail. -----

Eu só os recebi hoje de manhã mas se estão no meu correio eletrónico será erro meu não os ter lido nem visto. -----

Questionou o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, “Senhora Deputada, efectivamente o seu endereço eletrónico consta deste e-mail. Senhora Deputada a sua Bancada está toda em igualdade de circunstâncias, nenhum dos Senhores Deputados da Bancada do PS recebeu? Nenhum dos Senhores Deputados teve contacto com este documento? -----

“Senhores Deputados, sob o risco de estar a ser demasiado imperativo, tendo em conta o que já ouvi aqui nesta Assembleia, eu vou colocar à apreciação estes dois pontos, dado que temos uma agenda também já da parte da tarde se não, com certeza que acolheria da melhor vontade a proposta que nos apresentou, mas dado que temos uma agenda já preenchida para a tarde e não só por respeito a nós como também às pessoas que estão convidadas e estão a contar estar presentes, eu proponha à digníssima Assembleia. -----

Quem se pretende inscrever para este ponto oitavo, para procedermos à votação?” -----

Pediu a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura**. -----

“Por uma questão de coerência, e uma questão de princípio eu sou forçado a votar contra a aceitação do ponto oito e do ponto nove, porque não havendo conhecimento integral do documento, tal como já foi noutras situações que foram discutidas logo no início da sessão, obrigo-me a votar contra, obrigado” -----

Pediu a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João Travassos** para referir, “Senhor Presidente só uma situação que era importante clarificar isso e de certo modo que ficasse assente se legalmente é possível. Era o valor das informações transmitidas por e-mail ou por correio normal. Se é legal e se a Assembleia assim o entender e que possa ser posto inclusivamente à votação, deveria ficar assente se a informação enviada por e-mail tem o mesmo valor que tem a enviada por correio normal, para que não aconteçam situações destas. -----



Assembleia Municipal

*Handwritten signatures in blue ink.*

Se tem o mesmo valor, quem não leu e como dizia na televisão, “quem não leu chapéu”, eu penso que isso deveria ficar aqui clarificado, vale ou não vale? Eu não sei se legalmente isso é possível, eu desconheço”. -----

Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para dizer, “eu há pouco pedi um esclarecimento sobre a omissão nesta documentação que todos terão recebido então por correio eletrónico e só hoje é que eu vi em papel, porque é que estão omissas as intervenções na discussão do órgão executivo destes dois regulamentos, relativamente às intervenções que eu presumo que os Senhores Vereadores tenham feito, porque é que não constam, nem sequer resumido num e nouro ponto”. -----

Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves**, para esclarecer “normalmente quando estas reuniões decorrem muito próximo da Assembleia Municipal ou em situações em que é muito urgente tornar executórias rapidamente as decisões que são tomadas, elaboram-se em minuta estas deliberações e portanto não ouve tempo para escrever todas as intervenções que foram feitas na reunião de Câmara mas que farão parte da acta da reunião de Câmara de dezanove de Abril. -----

Referiu o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, “faço aqui um apelo para que o Executivo e os serviços, atempadamente façam chegar aos Senhores Deputados toda a documentação que seja necessária para não termos que passar por estas situações”. -----

Interveio a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para referir, “peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> que estão a aprovar um Regulamento geral e abstrato e considero que não estão reunidas as condições para que o Regulamento esteja formalmente em condições de ser discutido, votado e eventualmente aprovado, só chamo a atenção, nada mais”. -----

Pediu a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** para dizer “tem sido aqui um debate vivo e era preciso aqui trinta segundos de reflexão antes de podermos conscientemente votar. -----

Permite esses trinta segundos para uniformizarmos aqui o sentido de voto que tem sido difícil?”-----

Após terem sido dados os trinta segundos solicitados pelo Senhor Deputado Eugénio Fróis, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por maioria, com dois votos contra, do Senhor Deputado António João Lopes e do Senhor Presidente da União de



Assembleia Municipal

Freguesias de Coja e Barril de Alva e quatro abstenções, do Senhor Deputado Eugénio Fróis, do Senhor Deputado António Simões, do Senhor Deputado Rodrigo Oliveira e do Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha. -----

**Declaração de Voto**

Pedi a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para fazer uma Declaração de Voto. "Não posso deixar de dizer que eu sou advogada de profissão e portanto faço uma declaração de interesses. -----

Se eventualmente algum dia tiver oportunidade de questionar a aplicação deste regulamento, não deixarei de invocar a nulidade da sua aprovação uma vez que considero que não estavam reunidas as condições para formalmente o regulamento ser aprovado. Não fico impedida de o fazer no exercício da minha profissão. -----

Não votei nem a favor nem contra, nem me abstive, mas estive presente. O meu voto é de não votação". -----

Pedi a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** para dizer "Senhor Presidente eu não conheço esta figura, isto é como o outro, eu não faço, nunca fiz e nunca mais voltarei a fazer. -----

Óu vota ou não vota, para não votar ausenta-se da sala, se não abstém-se. Ou vota contra ou a favor, muito obrigado". -----

Concluiu o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** "Senhora Deputada, o nosso regulamento contempla as figuras que o Senhor Deputado Luís Gomes já disse. Ou se ausenta da sala ou vota contra ou se abstém". -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**9) Apreciação e votação do Projeto de Regulamento de apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal – Arganil Investe Mais.** -----



Assembleia Municipal

*João* *2*  
*[Handwritten signature and mark]*

Pedi a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** para proferir, “vou voltar um pouco atrás no registo para dizer, a expressão o PS toca e foge, não foi uma expressão muito conseguida nem me agrada particularmente.-----

Naturalmente que os Senhores Deputados do PS participam na discussão vivamente, o que é desagradável é que elas não estejam nos documentos, isso sim.-----

Há um histórico de participação por exemplo nas áreas de reabilitação urbana e neste próprio ponto que estamos a falar, onde as intervenções dos Senhores Vereadores do PS procuraram naturalmente enriquecer o documento e por conseguinte é uma expressão que nós às vezes todos temos menos conseguida e essa não foi de facto uma boa expressão, a caracterização deste grupo parlamentar pelo toca e foge. -----

Relativamente a este Projecto de Regulamento, nós enquanto grupo e após reflexão consideramos que nos devíamos abster sobre o mesmo e isto porquê? -----

Nós entendemos que todo o apoio que deve ser dado aos comerciantes e aos empresários desta terra é bem-vindo, não pode haver aqui abstenções. -----

O que nós achamos é que o documento deveria ter sido melhorado e houve propostas nesse sentido, portanto eu penso que todos sabem que o montante mínimo para ser aprovado, são cinquenta mil euros e outro dos requisitos é que a entidade promotora tem que ter em vista a criação de três postos de trabalho. O PS entende e nós entendemos que estes cinquenta mil euros é um valor alto para a nossa realidade municipal bem como os três postos de trabalho. Era bom que o Instituto de Emprego e outras entidades quando aparecessem outros investidores, todos trouxessem no bolso três postos de trabalho, portanto há colaboração e a abstenção vai só no sentido de nós, força partidária PS considerarmos que ele poderia ser mais adaptado à nossa realidade, muito obrigado”.-----

Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado pela maioria com quatro abstenção, do Senhor Deputado Eugénio Fróis, do Senhor Deputado António Simões, do Senhor Deputado Rodrigo Oliveira e do Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha e um voto contra do Senhor Deputado António João Lopes e uma declaração de voto de não pronúncia. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



Assembleia Municipal

10)-Para Conhecimento – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 1 de Fevereiro de 2016 e 7 de Abril de 2016, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais – alínea c), do nº1 do artº 6º da Leinº8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso)-----

Não houve registos de pedidos de intervenção.-----

11)-Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

----- Não houve registos de pedidos de intervenção. -----

## ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão, agradecendo a todos os presentes, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, executivo, também aos elementos do stafe do Município e à Imprensa que aqui estiveram desejando um bom-fim-de-semana, e assim declarou encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, António Sousa Lourenço, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.



Assembleia Municipal

# ANEXOS

